



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG**

**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGC**

**DEPARTAMENTO DE CARTOGRAFIA**

**Programa de Pós-Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas  
Ambientais**

**LILIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA BRAGA**

**ETNOCARTOGRAFIA E MODELAGEM DO TERRITÓRIO SAGRADO DAS  
COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ, SANTA LUZIA, MG**

Belo Horizonte

2014



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS – IGC**  
**DEPARTAMENTO DE CARTOGRAFIA**  
**Programa de Pós-Graduação em Análise e Modelagem de**  
**Sistemas Ambientais**

**LILIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA BRAGA**

**ETNOCARTOGRAFIA E MODELAGEM DO TERRITÓRIO SAGRADO DAS**  
**COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ, SANTA LUZIA, MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Márcia Magela Machado

Belo Horizonte  
2014

B813e  
2014

Braga, Liliane Rodrigues de Oliveira.

Etnocartografia e modelagem do território sagrado das comunidades tradicionais de candomblé, Santa Luzia, MG [manuscrito] / Liliane Rodrigues de Oliveira Braga. – 2014.

87 f., enc. : il. color.

Orientadora: Maria Márcia Magela Machado.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2014.

Bibliografia: f. 74-77.

1. Modelagem de dados – Teses. 2. Cartografia – Teses. 3. Candomblé – Minas Gerais – Teses. 4. Religião e Geografia – Teses. I. Machado, Maria Márcia Magela. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.2:519.6



## FOLHA DE APROVAÇÃO

### **ETNOCARTOGRAFIA E MODELAGEM DO TERRITÓRIO SAGRADO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA- MG**

#### **LILIANE RODRIGUES DE OLIVEIRA BRAGA**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ANÁLISE E MODELAGEM DE SISTEMAS AMBIENTAIS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ANÁLISE E MODELAGEM DE SISTEMAS AMBIENTAIS, área de concentração ANÁLISE E MODELAGEM DE SISTEMAS

Aprovada em 30 de maio de 2014, pela banca constituída pelos membros:

  
Prof(a). Maria Marcia Magela Machado - Orientador  
UFMG

  
Prof(a). Ursula Ruchkys de Azevedo  
UFMG

  
Prof(a). Luiz Eduardo Panisset Travassos  
PUC

Belo Horizonte, 30 de maio de 2014.

Dedico este trabalho aos meus  
encantados *Bernardo e Henrique*;  
aos meus *ancestrais* e as *novas*  
*gerações*.

## **AGRADECIMENTOS**

A Zambi, pela existência...

A todos os Orixás, Voduns e Inkices;

A água que bebo, ao chão que piso, ao ar que respiro, ao sabor do mar e ao sol que me ilumina;

A minha professora orientadora Dra. Maria Márcia, pela paciência, sabedoria e dedicação;

Ao Colegiado do Programa, por aceitar o desenvolvimento desta pesquisa;

A Capes, pelo financiamento do estudo;

Aos professores Luiz Travassos e Úrsula Ruchkys, pelo incentivo, recomendações e dinamismo;

Ao quarteto “fantástico”: André, Amanda, Camila e Patrícia, pelo apoio acadêmico e psicológico;

A todas as comunidades de candomblé de Santa Luzia, pela boa receptividade e aprendizado;

Ao filho de Mineiro, por proporcionar meu renascimento durante a pesquisa, pelos seus ensinamentos ímpares;

Aos netos de mineiro, pelo aprendizado, acompanhamento nos trabalhos de campo e solidariedade;

A Ekedí Juliana e ao Babalorixá Willer de Xangô, pelas boas rodas de conversa e apoio a consulta literária;

A minha mãe Luzia, pelo apoio incondicional;

Ao meu pai Leandro, que me motivou esta jornada;

As minhas sementes Bernardo e especialmente Henrique que foi gerado durante a pesquisa;

A todos aqueles que contribuíram de forma direta ou indireta para essa pesquisa.

***Nzambi Ua Kuatesa!***

Muito Obrigada!

## RESUMO

Os elementos naturais constituem a essência das religiões de matriz africana. A supressão de áreas verdes, tidas como potenciais espaços sagrados tem afetado diretamente esta tradição. Este estudo versa sobre a relação dos saberes tradicionais de comunidades de candomblé com os recursos naturais e a identificação de potenciais espaços naturais para a prática de ritos externos. O município de Santa Luzia- MG foi escolhido como estudo de caso. Os recursos metodológicos se pautaram em técnicas da Etnocartografia e geotecnologias. As bases cartográficas, utilizadas foram fornecidas pelo Instituto Mineiro de Gestão da Água; Imagem do Satélite Landsat; CPRM – Serviço Geológico do Brasil; Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Foi elaborado um questionário composto por variáveis de classificação (aspectos socioeconômicos) e variáveis factuais (aspectos ambientais), além de entrevistas. Os resultados dos questionários geraram um banco de dados geográfico. A partir das variáveis de classificação, foram produzidos mapas temáticos caracterizando essas comunidades. As variáveis factuais subsidiaram a análise de multicritério para a identificação de potenciais espaços naturais para ritos externos. O resultado da análise foi o mapa de potencialidade dos espaços naturais para ritos externos, classificado em baixo, médio e alto potencial. Os espaços naturais já utilizados pelas comunidades foram espacializados no mapa e coincidiram com as áreas de alto potencial, validando a análise. Espera-se que os resultados obtidos possam se constituir um instrumento de visibilidade e valorização das comunidades de candomblé, além de subsidiar o planejamento municipal e a criação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Comunidades de matriz africana; Geotecnologias; Espaços naturais sagrados; Políticas públicas

## **ABSTRACT**

Natural elements form the essence of religions of African origin. Suppression of green areas, considered as potential sacred spaces, has directly affected this tradition. This study presents a on the relationship of traditional knowledge of communities of Candomblé with natural resources identifying potential sacred natural spaces. The municipality of Santa Luzia, MG was chosen as a case study. Methodological features were based on the etn-cartografia techniques, decision analysis and geotechnology. Cartographic bases used were provided by the Mining Institute Water Management; Landsat image ; CPRM - Geological Survey of Brazil ; National Centre for Research and Conservation of Caves; Brazilian Institute of Geography and Statistics. A questionnaire containing classification variables (socioeconomic) and factual variables (environmental aspects) and interviews were conducted was prepared. The results of the questionnaires generated a geographic database. From the classification variables, thematic maps were produced featuring these communities. The factual variables supported the multi-criteria analysis to identify potential sacred natural spaces. The result of the analysis was the map of potentiality of sacred natural spaces, low, medium and high potential. Sacred natural sites already used by communities were spatially map and coincided with areas of high potential, validating the analysis. It is expected that the results obtained may constitute an instrument of visibility and appreciation of Candomblé communities, in addition to supporting the creation of municipal planning and public policy.

**Keywords:** African origin communities; Geotechnology; Sacred natural spaces; Public policy

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Santa Luzia e municípios limítrofes. ....	33
Figura 2: afloramentos rochosos e cavidades naturais subterrâneas de Santa Luzia, MG. ....	34
Figura 3: Mapa hidrográfico do município de Santa Luzia, MG. ....	35
Figura 4: Imagem satélite RapidEye, apresentando a cobertura vegetal de Santa Luzia. ....	36
Figura 5: Zoneamento do município de Santa Luzia. ....	38
Figura 6: Síntese metodológica do estudo. Elaborado pela autora (2014). ....	40
Figura 7: Árvore de decisão. ....	42
Figura 8: Mapa de proximidade de cursos d'água. ....	43
Figura 9: Mapa de proximidade de mata. ....	43
Figura 10: Mapa de proximidade de afloramentos rochosos. ....	44
Figura 11: Mapa de proximidade de cavernas. ....	44
Figura 12: Mapa de proximidade de linha férrea. ....	45
Figura 13: Gênero das lideranças das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia- MG, 2014. ....	48
Figura 14: Tempo de iniciação das lideranças das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia- MG, 2014. ....	49
Figura 15: Nação das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia- MG. ....	50
Figura 16: Cronologia de fundação das comunidades tradicionais de candomblé em Santa Luzia por década (1970 a 2000). ....	51
Figura 17: Regularização jurídica das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia, 2014. ....	51
Figura 18: Atividades sociais realizadas pelas comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia, 2014. ....	53
Figuras 19 e 20: divindade Nsumbu, (á esquerda). Fonte Autora (2013). À direita divindade <i>Dandalunda</i> . Fonte: Disponível em <a href="http://www.lopeapara.org">www.lopeapara.org</a> ....	54
Figura 21: Gênero das Lideranças das comunidades de candomblé de Santa Luzia. ....	55
Figura 22: Localização das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia. ....	56
Figura 23: Nação das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia. ....	57
Figura 24: Divindades regentes das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia. ....	58

Figura 25: Cronologia de fundação das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia. ....	59
Figura 26: Número de iniciados das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia. ....	60
Figura 27: Relação das divindades do candomblé com os elementos naturais. Adaptado do Ciclo da Água. Fonte: Disponível em: <a href="http://www.ciclodaagua.com.br/">http://www.ciclodaagua.com.br/</a> .	62
Figuras 28 e 29: Uso de amostra de rocha, conhecido como <i>ota</i> , nos assentamentos das divindades <i>Kitembo</i> e <i>Nkosi</i> . ....	64
Figuras 30 e 31: Vista da mata do Raul, localizada no bairro Cristina. Fonte: Autora (2014). ....	65
Figuras 33 e 34: Aspecto do interior da mata Baronesa. Fonte: Autora (2014). ....	65
Figura 35: Aspecto da mata de Pinhões. Fonte: Autora (2014). ....	66
Figuras 36 e 37: Prática ritualística realizada na mata do Duquesa II. Fonte: Autora (2014). ....	66
Figura 38: Potencialidades de espaços naturais para ritos externos em Santa Luzia.	68
Figura 39: Espaços naturais com alto potencial para ritos externos. ....	70

## QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Divindades cultuadas no candomblé e seu domínio na natureza....	18
Quadro 2: Calendário das festividades tradicionais realizadas pelas comunidades de candomblé de Santa Luzia, 2014.....	54
Quadro 3: Divindades do candomblé e seu domínio na natureza, segundo as comunidades de candomblé de Santa Luzia- MG.....	61
Tabela 1: Pesos e notas utilizados para a indicação de potenciais espaços naturais sagrados em Santa Luzia, 2014. ....	46
Tabela 2: Divindades regentes por nação das comunidades tradicionais de candomblé em Santa Luzia, 2014 .....	50

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEASA – Central de Abastecimento de Minas Gerais

CECAV – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Cavernas

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil

FREMA – Federação das Religiões de Matriz Africana

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais

MG – Minas Gerais

ONGs – Organizações Não Governamentais

OWA – Média Ponderada Ordenada

PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SIGs – Sistemas de Informações Geográficas

UTM – Universal Transversa de Mercator

WLC – Combinação Linear Ponderada

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	13
2 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ .....	16
2.1 As duas margens do Atlântico: um breve contexto .....	16
2.2 A essência do candomblé: divindades, mitos e ritos .....	17
2.3 O território terreiro - a sacralização do espaço .....	20
2.4 Trilhando novas perspectivas .....	24
3 ETNOCARTOGRAFIA, GEOTECNOLOGIAS E ANÁLISE DE DECISÃO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS .....	27
3.1 Etnocartografia e Comunidades Tradicionais .....	27
3.2 Etnocartografia, Geotecnologias e Análise de Decisão .....	28
4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO .....	33
4.1 Aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos .....	33
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	40
5.1 Materiais .....	40
5.2 Metodologia .....	41
6 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ EM SANTA LUZIA	48
6.1 Caracterização das comunidades de candomblé em Santa Luzia .....	48
6.2 Potenciais espaços naturais sagrados em Santa Luzia.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	73
APÊNDICE .....	77

## 1 INTRODUÇÃO

Há mais de quatro séculos os africanos trouxeram para o Brasil um imensurável arcabouço cultural que contribuiu, substancialmente, para a formação da sociedade brasileira. Um importante aspecto dessa contribuição está presente na religiosidade.

Há relatos de cultos de matriz africana no Brasil ainda no século XVII, inicialmente na Bahia e posteriormente em outras regiões do país. Essa tradição traz em sua bagagem, desde aquela época, registros de discriminação, preconceito, intolerância e perseguição religiosa.

Entretanto, nas últimas décadas muitas conquistas foram alcançadas, impulsionadas pelos movimentos sociais dos negros no sentido de reconhecimento de sua marginalização histórica e da necessidade de sua integração efetiva na sociedade. Pesquisas e iniciativas acadêmicas privilegiando as comunidades de Matriz Africana, sob a ótica da afirmação territorial, política e ambiental tem subsidiado a criação de políticas públicas.

No âmbito governamental, o marco inicial de reconhecimento foi a inclusão dos artigos 215 e 216 que versam sobre a proteção e a valorização de culturas populares como os indígenas e as manifestações afro-brasileiras na Constituição Federal de 1988.

A criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, por meio do Decreto Nº 6.040 de 2007, representou outro avanço (BRASIL, 2007). Segundo este decreto povos e comunidades tradicionais são grupos que se diferem culturalmente da sociedade, por possuírem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Na categoria de comunidades tradicionais religiosas de matriz africana foram incluídas a Umbanda, o Tambor de Mina, o Xangô, o Batuque, o Nagô, o Candomblé, entre outras.

Em 2013 surge, em nível federal, uma política específica para as comunidades tradicionais de matriz africana, instituída pela Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial e em 2014, o governo de Minas Gerais, estabelece a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

A criação de políticas públicas municipais para as comunidades tradicionais, e diretamente, as de matriz africana, ainda é incipiente. Entretanto, é nesta esfera de poder local que reside a oportunidade de atendimento a demandas específicas como as relacionadas à necessidade territorial dessas comunidades.

O território sagrado das comunidades religiosas de matriz africana se expande para além de onde elas encontram-se instaladas, uma vez que seus mitos e ritos estão vinculados aos elementos da natureza e fenômenos meteorológicos.

No entanto, as tradições religiosas dessas comunidades estão ameaçadas por uma gama de fatores majoritariamente advindos do processo de expansão urbana, o que leva a supressão de áreas naturais e, conseqüentemente, dificulta o acesso aos elementos da biodiversidade e da geodiversidade essenciais para a manutenção dos ritos dessas comunidades.

Iniciativas conservacionistas que prezem a valorização e o reconhecimento de espaços naturais sagrados utilizados por comunidades tradicionais tornam-se fundamentais nesta abordagem. Neste contexto, a utilização da etnocartografia ou cartografia social e os métodos de análise de decisão, vinculados às geotecnologias, tem se configurado em ferramentas eficientes para a afirmação territorial deste segmento. Vindo ao encontro dessa realidade, o objetivo geral desta pesquisa é investigar a relação dos mitos e ritos das comunidades de candomblé com os recursos naturais e a identificação de potenciais espaços naturais para realização de ritos externos no município de Santa Luzia, MG.

Os objetivos específicos são: i) caracterizar o espaço geográfico das comunidades pesquisadas ii) investigar os saberes tradicionais das comunidades sob a ótica da bio e geodiversidade III) divulgar e disponibilizar os resultados do estudo para as comunidades participantes, meio acadêmico, instituições governamentais e sociedade civil, sobretudo, para servir como instrumento de conhecimento para as comunidades de matriz africana e esclarecer a sociedade em geral sobre aspectos peculiares destas comunidades.

A escolha da área de estudo que compreende o município de Santa Luzia se deve à quantidade significativa de comunidades de candomblé presentes no município, e sua inserção na esfera da expansão do vetor norte da RMBH, sendo alvo de diversos projetos modificadores do uso e ocupação do solo.

Espera-se que este trabalho contribua para a valorização e divulgação do saber tradicional das comunidades tradicionais de candomblé, em Santa Luzia, MG, incitando maior visibilidade destes povos e suas peculiaridades no planejamento municipal e na sociedade.

Esta dissertação está estruturada da seguinte forma: O referencial teórico busca fundamentar os vários eixos temáticos abordados nesse estudo. O capítulo 2 faz uma abordagem da relação entre os espaços sagrados e as comunidades tradicionais de matriz africana e suas peculiaridades. O capítulo 3 versa sobre as perspectivas de mapeamentos e métodos utilizados nos processos de tomada de decisão com comunidades tradicionais, afim de, subsidiar a metodologia a ser aplicada. Em seguida, no capítulo 4, apresenta-se a caracterização da área de estudo. Já no capítulo 5, são descritos os procedimentos metodológicos inerentes aos objetivos propostos. O capítulo 6 traz os resultados da pesquisa e por fim, no último capítulo, são apresentadas as considerações finais.

## 2 COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ

### 2.1 As duas margens do Atlântico: um breve contexto

Os primeiros registros sobre as religiões africanas no Brasil datam de 1680 a partir de anotações feitas pela Santa Inquisição (VERGER & NÓBREGA, 1981). Inicialmente *calundu* era a terminologia utilizada para designar esse tipo culto religioso, que posteriormente foi substituída por candomblé (SILVEIRA, 1988).

A palavra candomblé, oriunda do termo “*Kandombile*”, de origem banto, significa culto e oração (LODY, 1987). O mais antigo testemunho que se tem da utilização da palavra candomblé é do ano de 1826, quando africanos que haviam participado da revolta no Quilombo do Urubu procuraram refúgio numa “casa que se chamava de candomblé” (REIS, *apud* REGO, 2006).

Esta religião se caracteriza pelo culto a deuses africanos e tem a natureza como sua principal essência. Foi trazida por escravos africanos sudaneses e bantos e registra-se que os primeiros grupos de escravos que desembarcaram no Brasil foram trazidos da alta e baixa Guiné Portuguesa, uma região que se estendia do Senegal a Serra Leoa (CARNEIRO, 1961). São grupos oriundos dos territórios atualmente conhecidos como Nigéria, Benin (ex-Daomé) e Togo, que correspondem aos iorubas ou nagôs, subdividindo em ketu, ijexá, egbá, entre outros, além dos jeje (ewe ou fon) e fanti-achantis. Esses grupos foram levados para as regiões açucareiras de Pernambuco e da Bahia, conforme aponta Capellari (2001).

No século XVII, Angola, Moçambique e Congo eram as principais regiões fornecedoras de mão de obra escrava. Os grupos bantos, sobretudo, angolas, kassanges e bengalas foram destinados ao nordeste e região centro sul do Brasil para operarem na cana de açúcar, criação de gado e em minerações (CARNEIRO, 1961). O maior volume de escravos transportados para o Brasil se deu por volta dos séculos XVII e XVIII, e eram provenientes majoritariamente da região de Costa da Mina e Costa da Angola (ANJOS, 1999).

No território africano a prática do candomblé é de origem familiar e cada divindade é cultuada em uma região. No Brasil, devido ao modelo escravocrata, o candomblé foi obrigado a ser reinterpretado por meio da reorganização dos ritos e de novas adaptações. Nesta perspectiva a nação de origem dos escravos foi um aspecto imprescindível para a composição da religiosidade brasileira de matriz africana. Os povos iorubas e nagôs instituíram o candomblé de ketu, já o candomblé de jeje e efan

foi formado pelos povos da região de Daomé, e o povo Banto criou o candomblé de Angola (GÓIS, 2011). O termo “nação” é sinônimo de raiz, ou seja, pertencer a uma nação é uma maneira de valorizar e transmitir os fundamentos de sua ascendência, revivendo assim, as origens africanas.

O principal aspecto que diferencia uma nação da outra é a língua, que está relacionada à região geográfica africana de origem. Entretanto, algumas características são semelhantes entre as nações: transe de possessão de divindades em seus adeptos; uso de instrumentos de percussão, danças no sentido anti-horário; festas públicas denominadas toques; uso de indumentárias próprias; transmissão oral de conhecimento; hierarquização dos adeptos; assentamentos das divindades; renovação dos compromissos religiosos por meio do cumprimento de obrigações e preceitos; locais sagrados no chão e teto do terreiro, fundamentos baseados na oferenda de grãos, vegetais e animais, aprendizado gradual, entre outros (BARROS, 2007).

## **2.2 A essência do candomblé: divindades, mitos e ritos**

Essa prática religiosa é formada por um conjunto de divindades que no Brasil receberam denominações de acordo com a nação de origem dos escravos: orixás (ketu), voduns (jeje) e inkices (angola). Cada divindade tem sua marca, explicitada nas cores, objetos, cânticos, na culinária e na natureza, e recebe homenagens por meio de cânticos, rezas, oferendas e reclusão, seguindo um calendário tradicional.

O candomblé é uma religião que reverencia a natureza em todas as nações. No culto a orixás, voduns ou inkices, evidencia-se uma conexão com os elementos terra, água, ar e fogo. Essas divindades se expressam também por fenômenos meteorológicos e ainda representam os estados sólido, líquido e gasoso do corpo humano e os reinos animal, vegetal e mineral (BENISTE, 2002). O Quadro 1, a seguir, adaptado de Lody (1987), Verger e Nobrega (1981), Barros (2007) e Santos (2009), traz as denominações das divindades por nação e seu domínio na natureza.

<b>Quadro 1: Divindades cultuadas no candomblé e seu domínio na natureza</b>			
<b>Orixá (ketu)</b>	<b>Vodun (jeje)</b>	<b>Inkice (angola)</b>	<b>Domínio</b>
Exu	Legbá	Aluwaia	Senhor da comunicação, dos caminhos, trilhas e encruzilhadas.
Ogum	Gun	Nkossi	Senhor dos caminhos, do ferro, da guerra e tecnologia.
Ossain	Agué	Katende	Senhor das folhas e da ciência.
Oxóssi	Odé	Mutakalambo	Senhor da caça, da fartura e abundância.
Omolu, Obaluaê	Sapatá, Xapanã	Nssumbu, Kavungo	Senhor da terra, das doenças e da cura.
Iroco	Loco	Kitembo	Senhor do tempo.
Xangô	Sobô	Zaze	Senhor do Trovão, do raio, das pedras e da Justiça.
Oxumarê	Bessen	Angorô	Senhor do arco-íris, da evaporação, é representado pela serpente de duas cabeças que liga o céu e a terra.
Logun Edé	-----	Telecompenso	O encantado, senhor das artes.
Iansã	Oyá	Matamba	Senhora das chuvas, tempestades e ventos, domina os mortos.
Oxum	Aziri	Dandalunda	Senhora das águas doces e da fertilidade
Obá	-----	Caramosse	Amazona, guerreira, domina grutas, cavernas, encontro das águas.
Ewá	-----	Angoromeia	Senhora dos cosmos, da mata Virgem.
Yemanjá	Abê	Kayaya	Senhora das águas salgadas, mãe das cabeças.
Nanã	Nanã	Zumba	Senhora dos pântanos, mangues e dona da inteligência.
Oxalá, Oxaguian	Olissa	Lemba, Kassuté	Senhor da harmonia, da paz, representa o céu, o sol.

Fonte: adaptado de Lody (1987), Verger e Nobrega (1981), Barros (2007) e Santos (2009).

No processo de compreensão do candomblé torna-se fundamental o conhecimento de sua mitologia, pautada no culto de divindades, fundamental para o entendimento dos rituais praticados. Segundo Verger e Nobrega (1981):

A religião dos orixás está ligada à noção de família. A família numerosa, originária de um mesmo antepassado, que engloba os vivos e os mortos. O orixá seria, em princípio, um ancestral divizado, que, em vida, estabelecera vínculos que lhe garantiam um controle

sobre certas forças da natureza, como o trovão, o vento, as águas doces ou salgadas, ou, então, assegurando-lhe a possibilidade de exercer certas atividades como a caça, o trabalho com metais ou, ainda, adquirindo o conhecimento das propriedades das plantas e de sua utilização: o poder, axé, o ancestral-orixá teria, após a sua morte, a faculdade de encarnar-se momentaneamente em um de seus descendentes durante um fenômeno de possessão por ele provocada (VERGER e NÓBREGA, 1981, p. 9).

Assim, as divindades representam uma força purificada (axé), um bem imaterial, que se torna perceptível aos seres humanos, quando está incorporada em um dos seus escolhidos. Entretanto, para os adeptos do candomblé, também chamado de povo do santo, as divindades estão presentes a todo instante no seu cotidiano, em objetos, elementos da natureza e fenômenos meteorológicos.

Na visão de Santos (2009), os conhecimentos tradicionais elucidam a realidade a partir de ritos e mitos, que se perpetuam, sendo transmitidos de geração em geração e ainda, colaboram para a manutenção da cultura dos antepassados e do culto as divindades. A referida autora comenta que:

Os ritos são modelos da realidade, são a maneira de fazer com que o ser humano se integre à natureza e a força dos orixás. Há, nesse contexto, a valorização dos elementos da natureza, natureza que pode ser classificada como um conjunto de seres e forças que formam o mundo e estabelecem relações simbólicas entre o domínio da sociedade e do humano. É uma cosmovisão onde se valoriza o equilíbrio procurado na sociedade e na natureza, por meio da qual busca-se estabelecer uma interligação entre esses dois mundos (SANTOS, 2009 p. 73).

Neste sentido, pode-se dizer que cada nação que se instituiu no Brasil, se constitui como um modelo adaptativo do seu espaço original na África, ou seja, modelos mitológicos.

Dentre os ritos do candomblé, a alimentação ocupa um lugar de destaque, cada prato, cada ingrediente, tem seu simbolismo, sua especificação, se constituindo como um elo de comunicação com as divindades. Assim, a comida preparada representa uma prece, uma oração, um agradecimento, que opera uma transformação no ato de sua realização.

Lody (1987) complementa esse pensamento, refletindo a relação dessa prática com a mitologia africana, visto que cada divindade tem suas preferências e proibições, o que demanda de um profundo conhecimento tanto no preparo quanto na distribuição dos alimentos em vasilhames apropriados.

A comida é coerente com a história do deus africano, está integrada a trajetória patronal, acompanha os enredos mitológicos e compartilha poder. Em muitos casos sem o alimento não há poder. (LODY,1987 p. 54)

Para o povo do santo, o corpo, o espírito, os espaços dos terreiros, os instrumentos musicais e a natureza também comem. Todo alimento é compartilhado com os deuses, espaços, objetos e adeptos. O rito de se oferecer o alimento mantém viva a força, a energia, o axé da tradição religiosa. Essa força está presente em áreas naturais tornando esses espaços sagrados para esses povos.

### **2.3 O território terreiro - a sacralização do espaço**

As concepções acerca do conceito de território são múltiplas tanto na abordagem geográfica, quanto na antropológica. Quando se trata do território religioso, a Geografia Cultural, por meio da Geografia da Religião, nos conduz a uma reflexão epistemológica ao elucidar o valor simbólico da natureza.

Conforme ressalta Rosendahl (2003), a territorialidade religiosa significa o conjunto de práticas desenvolvidas por instituições ou grupos a fim de controlar um dado território. Neste contexto a territorialidade engloba, simultaneamente, as relações que o grupo mantém com o lugar sagrado e os percursos que constituem seu território.

Ao analisarmos os terreiros de candomblé sob a ótica territorial, constatamos que o terreiro se constitui como um território sagrado que correlaciona espaços internos e externos reveladores de significados da cultura afrobrasileira, integrado por mitos e ritos, onde os valores culturais e sociais formam um modelo de representação da realidade.

Os estudos fomentados por Corrêa (2004; 2006) ilustram esta abordagem, enaltecendo o conceito de território terreiro, que se constitui numa reterritorialização da tradição religiosa em terras brasileiras, buscando uma África ressignificada, com novas experiências, o que gerou um grupo reconhecido como afro-brasileiro.

A espacialidade do sagrado é formada por signos e significados que integram a memória e a identidade do povo do santo. No interior dos terreiros a disposição dos assentamentos das divindades revive a mitologia africana. Esse fato também é notado na disposição de objetos, nas coreografias, nos sabores, em toda parte são visíveis os significados que foram transportados para o outro lado do atlântico.

Essa visão também é compartilhada por Bonnemaïson (2002), que destaca que a linguagem de uma determinada cultura é visível no espaço geográfico e pode ser compreendida como geossímbolo, que contribui na formação de identidades, territorialidades e na organização do espaço. Na visão do autor, o geossímbolo pode ser compreendido como um lugar, um caminho, uma extensão que por motivos culturais assume um caráter simbólico.

Bailly (1994) aborda essa temática sinalizando a representação simbólica como aquela que viabiliza as descobertas relações entre sujeito, sociedade e o meio e as qualificações sociais coletivas.

De acordo com Antônio (2013), os geossímbolos são considerados como lugares e feições naturais especialmente formas geológicas e geomorfológicas que fazem parte da vida das comunidades tradicionais e que, como símbolos ou signos foram incorporados ao imaginário e à tradição oral.

No que tange as comunidades de matriz africana, o terreiro é composto por espaços internos (edificação) e externos, sendo estes últimos utilizados para culto, devoção, festejos de divindades e para a coleta de elementos como amostras de rochas, minerais, água, vegetais e animais.

De acordo com Schaaf (2002), existem sítios ou espaços sagrados em todo planeta nos mais diversos ambientes naturais, como montanhas, rios, lagos e lagoas, florestas e matas (bosques), cavernas e ilhas. A conservação desses sítios pode implicar na proteção dos recursos genéticos vegetais e animais por conterem em seus territórios matrizes genéticas que nos arredores já não existem mais.

Algumas entidades internacionais têm trabalhado neste sentido, reconhecendo a importância de sítios sagrados para a conservação da biodiversidade, como atestado no Programa “Homem e Biosfera” que desenvolve o projeto sítios sagrados – Integridade Cultural e Diversidade Biológica que objetiva melhorar a conservação ambiental e preservar a integridade de sítios de grande importância (MOUTINHO DA COSTA, 2008).

A *International Union for Conservation of Nature* - IUCN também se destaca neste contexto, com projetos desde 2003 direcionados a proteção de espaços sagrados como estratégia de conservação da diversidade biológica.

Outra estratégia adotada é a realização de eventos internacionais como, por exemplo, o Simpósio Internacional “Conservar a diversidade cultural e biológica: o papel dos sítios naturais sagrados e das paisagens culturais”, realizado no Japão e o congresso Europarc-Espanha, que trouxe uma discussão a respeito do tema, ambos eventos foram realizados em 2005.

Entretanto, o reflexo dessas iniciativas ainda é incipiente no Brasil. Uma conquista considerável se deu por meio do Projeto Curva do S, Espaço Sagrado, no Parque Nacional da Tijuca, Rio de Janeiro. O projeto reuniu comunidades de matriz africana, poder público local, IBAMA, instituições acadêmicas, na busca da regulamentação do uso de áreas no interior dessa Unidade de Conservação pelos religiosos de matriz africana.

Moutinho da Costa (2008) inclusive recorreu ao Parque da Tijuca para exemplificar a existência de conflitos relativos às práticas ritualísticas de comunidades de matriz africana em Unidades de Conservação no Brasil, emergindo o conceito de racismo ambiental.

O uso de espaços naturais por religiosos de matriz africana é muitas vezes alvo de críticas de ambientalistas. O mau uso desses espaços, ou o uso incorreto pode realmente acarretar em perdas ambientais e o uso de velas nas matas, a presença de vasilhames, tecidos, plásticos, por exemplo, podem se configurar como um prejuízo à natureza (MORAIS, 2010).

Partindo dessa compreensão, a prática ritualística pode assumir um caráter contraditório, pois uma iniciativa de louvor a divindade pode vir a constituir-se como uma ofensa. O incêndio em uma floresta afeta diretamente as divindades que estão relacionadas a este meio, bem como a contaminação de solos, dos cursos d’água e de ambientes marítimos.

Entretanto, conforme aponta Côrrea et al. (2013) deve-se atentar para o perigo de generalizações, pois de fato há diferenciações nos atores sociais que realizam oferendas em áreas naturais, indo das autoridades religiosas, passando pelos iniciados, pelos devotos, pelos simpatizantes e até o totalmente leigo.

Compartilhando com essa visão, as homenagens realizadas a divindade Iemanjá/Aziri Toboci/ Kayaya durante a passagem do ano novo nas praias são exemplo desse tipo de impacto ao meio natural, que muitas vezes é realizada por leigos. O mar e a areia amanhecem repletos de restos de oferendas, flores e objetos, poluindo o ambiente e,

ao mesmo tempo, representando um perigo à fauna marinha e aos banhistas. Neste sentido, práticas de educação ambiental se tornam incisivas neste debate, para melhor gerenciamento do espaço durante a realização dos ritos externos.

Entretanto, a autora Moutinho da Costa (2008) ressalta a inoperância do poder público frente às práticas ritualísticas das comunidades de matriz africana que:

Apesar das tradições religiosas não hegemônicas, principalmente as de matriz africana e da natureza, afirmarem seu compromisso com a natureza, uma vez que suas deidades ali residem, e apesar de necessitarem de condições materiais mínimas para as práticas ritualísticas, tais como áreas limpas, água pura, matas e ervas, os lugares de uso tradicional religioso são frequentemente impactados pela ausência de políticas de coleta regular de resíduos, ausência de coletores de resíduos, lugares seguros para as velas, entre outros, e passam a ser acusadas de degradação ambiental pelos órgãos públicos que deveriam se responsabilizar pela manutenção e limpeza desses ambientes, configurando omissão, negligência, desrespeito além de injustiça (MOUTINHO DA COSTA, 2008, p.269).

Outra solução que vem sendo adotada no Brasil é a privatização de áreas para criação de santuários para atenderem o povo do santo. Em Magé, Rio de Janeiro, encontra-se o Parque Ecológico dos Orixás, que consiste num espaço privatizado que oferece infraestrutura e ambientes necessários para a prática de ritos afro-brasileiros. Para ser sócio e poder desfrutar do local, os templos ou terreiros devem se cadastrar e contribuir financeiramente pelo uso do parque. Essa realidade também existe em São Paulo, no município de Santo André, onde foi criado o Santuário Nacional da Umbanda a partir de uma iniciativa da Federação Umbandista do Grande ABC, que recuperou uma área degradada e a instituiu para uso de práticas religiosas afro-brasileiras.

De acordo com Moraes (2010) este tipo de ação reflete o descaso do poder público e a falta de mobilização de religiosos de matriz africana. A privatização de áreas para a prática de rituais, conforme exemplos citados acima, não garante uma democracia participativa. Em outras palavras, pode-se considerar que estes espaços não são pensados coletivamente, enfraquecendo a aproximação do poder público com este embate.

Côrrea et al. (2013) chamam a atenção para a importância de estudos que visem a criação de políticas públicas que contemplem a proteção da biodiversidade e da sociodiversidade, tendo em vista as demandas de uso público religioso em espaços naturais, tidos como sagrados, considerando as necessidades de proteção dos bens

naturais bem como o direito à livre expressão religiosa, garantido pela Constituição Federal do Brasil (Art. 5º).

A seguir, são detalhadas iniciativas acadêmicas e governamentais que reconhecem as especificidades dessas comunidades e valorizam seu modo de vida, auxiliando no resgate de suas práticas e garantindo sua perpetuação.

#### **2.4 Trilhando novas perspectivas**

Nas últimas décadas, os povos e comunidades tradicionais têm despertado um novo olhar dos cientistas sociais, poder público e sociedade em geral. Foram definidos como grupos que tem costumes próprios, transmitidos de geração em geração, principalmente por meio da oralidade, que se interagem diretamente com os elementos naturais. Esses sujeitos sociais são os quilombolas, indígenas, ribeirinhos, seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu e afro-religiosos, entre outros.

No âmbito acadêmico vários estudos vêm privilegiando o saber tradicional na área ambiental. Segundo Toledo (1992) e Marques (2001), a etnoecologia prioriza o estudo da diversidade biocultural e da integração entre o conhecimento ecológico tradicional e o conhecimento ecológico científico, permitindo uma análise do sistema de crenças (kosmos), do conjunto de conhecimentos (corpus) e de práticas produtivas (práxis). Considerando que as comunidades tradicionais de matriz africana utilizam elementos da geodiversidade em suas práticas ritualísticas, Perazzo (2013) propõe o uso do termo etnogeodiversidade e ressalta a importância do saber tradicional a respeito da geodiversidade e dos diferentes usos e formas de manejo dos recursos naturais por povos tradicionais.

Dessa forma, torna-se evidente a importância de estudos que contemplem a sinergia das comunidades de terreiro com os elementos naturais, inclusive no que tange à conservação da biodiversidade e da geodiversidade. A água e as folhas são elementos sagrados de grande representatividade no candomblé. As expressões usuais "*kosi omi, kosi orixá*", que significa sem água, sem orixá e "*kosi ewê, kosi orixá*", sem folha, sem orixá, exprimem sua importância. Esses elementos são essenciais para a sobrevivência da tradição, daí apura-se a necessidade de conservação desses aspectos.

Santos (2009) analisou a relação entre as tradições religiosas de uma das mais antigas comunidades de terreiro de Salvador e a proteção dos recursos hídricos, a

partir de um enfoque etnoecológico. A pesquisa abordou como os saberes tradicionais, calcados em ritos e mitos, podem se relacionar com a sustentabilidade da água, além de contribuir para sua conservação.

A relação entre as cavernas e as práticas afro-brasileiras, também já foi abordada por Travassos et al. (2008) e Guimarães et al (2011). O avanço de pesquisas privilegiando as comunidades tradicionais de matriz africana sob a ótica de análises territoriais e políticas também tem sido recorrentes como os estudos de: Góis (2011); Rodrigues (2011); Teixeira (2009); Almeida (2011). Entretanto, ainda são incipientes os estudos que privilegiam a relação entre os mitos e ritos das comunidades de matriz africana, sobretudo, com os aspectos da geodiversidade.

Na esfera legal, o grande marco jurídico de reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais, reivindicado por diferentes movimentos sociais, se deu com a Constituição Federal de 1988. No caso das comunidades tradicionais de matriz africana, a trajetória das reivindicações no Brasil se deu por meio de conferências, convenções e congressos em vários períodos do século XX, com intuito, sobretudo, de atrair a atenção de organizações internacionais. O pontapé inicial foi o Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife, em 1934.

A incorporação dos valores culturais africanos ao movimento negro possibilitou sua legitimação na formação de identidade coletiva e na instrumentalização dos terreiros de candomblé sob a ótica política (ALMEIDA, 2011). Um fato que marcou substancialmente essa temática foi a realização da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, conhecida como Conferência de Durban, em 2001, que se tornou uma referência para as políticas de reconhecimento, inclusive para os países em desenvolvimento, aderindo a ideia da diáspora africana.

No caso do Brasil, a incorporação da diáspora africana teve repercussões consideráveis para a formulação de políticas voltadas para determinados grupos, como os quilombolas e terreiros de candomblé (ALMEIDA, 2011). Tal fato é atestado pela criação de secretarias de reparação. Em 2003 foi implantada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, que alavancou a criação de outras secretarias em níveis estadual e municipal, além de coordenar as ações orientadas pelo Plano de Ação da Conferência de Durban. Concomitante a criação da SEPPIR, foram criados o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR e, posteriormente, o Fórum Intergovernamental de Igualdade Racial.

A aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, incluindo as de Matriz Africana, por meio do Decreto 6.040 de 2007, somada a criação do Estatuto de Promoção da Igualdade Racial, se consagraram como um eficiente instrumento de reconhecimento, inclusive, dos direitos da população negra. Segundo este decreto, povos e comunidades tradicionais são grupos que se diferem culturalmente da sociedade, por possuírem formas próprias de organização social, ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, pela SEPPIR, em 2013, é fruto de demandas pelas organizações sociais, inclusive em conferências nacionais, internacionais, comissões e conselhos. Em relação a Minas Gerais, no início desse ano o governo do estado instituiu a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

No município de Santa Luzia, área de estudo desta pesquisa, foi realizada, em 2009, a 1ª. Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial do município de Santa Luzia, que reconheceu as comunidades religiosas de matriz africana, como irradiadoras de políticas públicas e a necessidade da realização do mapeamento das casas de candomblé, umbanda, guarda de congado, e de territórios quilombolas, incluindo-os no planejamento territorial municipal.

Assim, chama-se a atenção neste estudo, para a utilização da cartografia social e os métodos de análise de decisão que, aliados às geotecnologias (Sistemas de Informação Geográfica, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto), têm se configurado como uma alternativa coesiva para incorporação deste segmento nas políticas públicas governamentais.

### **3 ETNOCARTOGRAFIA, GEOTECNOLOGIAS E ANÁLISE DE DECISÃO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS**

#### **3.1 Etnocartografia e Comunidades Tradicionais**

Nos últimos anos mapeamentos envolvendo populações tradicionais tem se destacado em âmbito internacional e nacional. Este tipo de mapeamento apresenta várias terminologias como cartografia social, etnomapeamento, etnocartografia, mapeamento participativo, mapeamento comunitário e cultural.

Os etnomapeamentos surgiram no Canadá e no Alasca, nos anos 60, com o intuito de mapear terras indígenas visando fomentar a garantia e a posse territorial, geração de recursos naturais locais e fortalecer as culturas (CHAPIN; LAMB; THRELKELD, 2005).

Acselrad e Coli (2008), afirmam que inúmeras iniciativas de mapeamento incluindo populações locais nos processos de produção de mapas difundiram-se mundialmente desde a década de 1990. Estas experiências têm envolvido diversas instituições, como agências governamentais, organizações não governamentais - ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras.

Esse tipo de cartografia enfatiza a descrição no espaço de diferentes conhecimentos e formas de distribuição espacial dos fenômenos culturais e outros aspectos referentes ao cotidiano de determinados povos (CAMPIONE, 2003).

Esta “nova” cartografia vem se consolidando nas últimas décadas no Brasil como uma alternativa eficiente de representação territorial e de autoafirmação, de resgate histórico e identitário para os povos e comunidades tradicionais.

A cartografia social tem subsidiado comunidades tradicionais no manejo de seus recursos, na percepção do território, no resgate histórico cultural, permitindo aos planejadores arquitetar arranjos espaciais multidimensionais, harmonizando propostas de zoneamento ecológico econômico, com necessidades locais (CARVALHO, 2006).

Esse tipo de mapeamento pode ser utilizado como um instrumento de inclusão e de planejamento e gestão, visto que permite a participação da população tradicional no processo de tomada de decisões e subsidia a elaboração de políticas públicas, conforme retrata Ataíde e Martins (2005):

[...] Neste contexto, onde o saber tradicional vem resgatando seu lugar de destaque como alternativa na busca do desenvolvimento sustentável, importa saber quais as possíveis aplicações práticas dos etnomapas e evidenciar o valor da etnocartografia como ferramenta participativa nas atividades de gestão que envolvam comunidades tradicionais. Não se pretende com isso que o uso de etnomapas resuma a participação dos povos tradicionais e sim que seja um instrumento a mais para a inclusão destes no processo de tomada de decisões (Ataide; Martins, 2005, p. 2).

O processo de confecção dos etnomapeamentos com comunidades tradicionais tem cooperado para que essas comunidades tenham uma percepção mais dinâmica do seu espaço. Esse processo de elaboração de documentos cartográficos tem motivado os membros da comunidade a ilustrar e modelar seu território e recursos, determinando o que deve ser inserido, excluído ou alterado.

### **3.2 Etnocartografia, Geotecnologias e Análise de Decisão**

A cartografia social associada aos Sistemas de Informações Geográficas - SIGs, técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto, tem se configurado como uma prática confiável para comunidades tradicionais, principalmente no que remete a afirmação territorial (COLI, 2010). Este tipo de iniciativa tem se intensificado tendo como alvo comunidades indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e comunidades religiosas de matriz africana.

Casos exemplares de mapeamentos com comunidades tradicionais de matriz africana utilizando geotecnologias têm sido observados em vários estados brasileiros a partir de articulações entre instituições públicas, privadas e não governamentais, destacam-se os mapeamentos realizados em Salvador e no recôncavo baiano (BA); no Rio de Janeiro (RJ), nas regiões metropolitanas de Belém (PA), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), em Paço do Lumiar (MA), Contagem (MG) e em Goiânia (GO).

Na elaboração de etnomapeamentos, os métodos podem ser participativos e não participativos. No primeiro caso, a comunidade elabora seus próprios mapas com o auxílio de técnicos. No segundo, são os técnicos que produzem os cartogramas, embora seja fundamental a contribuição das comunidades, demandando uma maior aproximação do pesquisador com a prática comunitária de forma a permitir a espacialização de informações específicas sobre como a população estudada se apropria de determinados espaços e desenvolve suas atividades. Segundo Soares (2010), o uso de geotecnologias é importante para auxiliar essas metodologias.

No que tange a subsídios nos processos de tomada de decisão, um instrumento que vêm sendo largamente utilizado é o método de multicritérios de análise de decisão. Esse tipo de análise utiliza uma série de variáveis ou critérios segundo diferentes métodos.

Vilas Boas (2006) ressalta que as abordagens multicritérios são maneiras de modelar os processos de decisão que abrangem: uma decisão a ser tomada, os eventos desconhecidos que podem afetar os resultados, os possíveis cursos de ação e os próprios resultados. Estes modelos refletem, de maneira suficientemente estável, o juízo de valores dos decisores. O objetivo essencial das técnicas de análise multicritério é investigar uma série de possibilidades, segundo vários critérios e objetivos conflitantes, apontando para o decisor um número finito de alternativas (CARVER, 1991).

Moura (2007) destaca que a análise de multicritérios é um procedimento metodológico de cruzamento de variáveis, amplamente utilizado em análises espaciais que se fundamenta no mapeamento de variáveis por plano de informação (*layers*) e na definição do grau de pertinência de cada plano de informação e de cada um de seus componentes de legenda para atingir o resultado final. A tomada de decisão deve considerar a opção que apresente o melhor resultado, a melhor avaliação, ou ainda, o melhor acordo entre as expectativas do “decisor” e as suas disponibilidades em adotá-la, considerando os elementos objetivos e subjetivos (SOARES, 2003).

Segundo Ramos (2000), um critério indica uma condição passível de quantificação ou avaliação, que contribui para a tomada de decisão. Os critérios podem ser exclusões ou fatores. A exclusão é um critério que restringe as alternativas consideradas na análise. Fator é um critério que agrava ou diminui a aptidão de uma determinada alternativa para o objetivo proposto. Neste sentido, é fundamental definir a importância relativa de cada critério, que é realizada pela atribuição de peso a cada critério.

Soares (2003) elencou algumas etapas relevantes para a execução da análise multicritérios: I) formulação do problema; II) determinação das alternativas potenciais; III) definição dos critérios de avaliação; IV) avaliação das alternativas; V) determinação de pesos dos critérios e limites de discriminação e, VI) Agregação dos critérios.

A matemática empregada nos métodos multicritérios é a média ponderada, ou a lógica *Fuzzy* para atribuir os pesos e notas. A média ponderada se baseia em um espaço de classificação, ordinal, que se assemelha a uma escala de intervalo. Os eventos devem ser hierarquizados segundo algum critério de valor. A ponderação deve ser feita por

conhecedores dos fenômenos e das variáveis da situação em questão. Para construir uma função pertinente indica-se a aplicação do método Delphi ou a consulta direta a especialistas (MOURA, 2007).

A técnica Delphi surgiu no início da década de 1960, através dos estudos de Olaf Helmer e Norman Dalker da *Rand Corporation* e se baseia no uso estruturado do conhecimento de especialistas, pressupondo um julgamento coletivo, que quando organizado adequadamente, se constitui mais eficaz que a opinião de um só indivíduo. As características básicas desse método correspondem a aplicação de um questionário; troca de informações e opiniões entre os especialistas, o anonimato das respostas e a possibilidade de visões particulares sobre o futuro, segundo previsões e argumentos dos demais especialistas, baseando-se em uma representação estatística da análise do grupo (WRIGHT e GIOVINAZZO, 2000)

Moura (2007) salienta que para se obter os pesos e notas os especialistas devem hierarquizar as variáveis avaliadas segundo o grau de importância conforme o objetivo proposto. A partir das respostas do grupo de especialistas, realiza-se da média, identificando o predomínio das respostas. Além da hierarquia das variáveis, que deve somar 100%, os especialistas opinam também sobre o grau de pertinência de cada componente da legenda.

Após a definição das notas e dos pesos, outra fase importante no processo multicritério é a normalização dos critérios. Neste processo os critérios não comparáveis entre si são normalizados para uma mesma escala, permitindo a agregação entre eles (ZAMBON et. al, 2005). Segundo Eastman (1997) a maioria dos processos utiliza o valor máximo e o valor mínimo para a definição da escala. A forma mais simplificada é representada por uma variação linear instituída pela equação:

$$x_i = \frac{R_i - R_{\min}}{R_{\max} - R_{\min}} * \text{IntervaloNormalizado}$$

Onde:

$R_i$ : valor a ser normalizado

$R_{\min}$ : valor mínimo para o critério

$R_{\max}$ : valor máximo para o critério

O processo de normalização se baseia na lógica *fuzzy*, segundo o conjunto de valores pode ser convertido numa escala normalizada (entre 0 e 1), tornando-os comparáveis. Após a realização da etapa de normalização, os critérios podem ser agregados segundo a regra de decisão. Para atender este fim, duas técnicas vêm sendo utilizadas, a Combinação Linear Ponderada (*Weighted Linear Combination– WLC*) e a Média Ponderada Ordenada (*Ordered Weighted Average – OWA*).

Em ambas as técnicas os critérios são padronizados e ponderados da mesma maneira. No entanto, na Média Ponderada Ordenada (*OWA*) é possível a compensação dos critérios (*Trade-off*). Esta medida permite que um fator favorável compense outro desfavorável durante a avaliação (WEBER et al. 1998).

A análise de multicritérios, considerando a localização geográfica dos fenômenos, é realizada nas análises espaciais por meio da álgebra de mapas ou álgebra cartográfica, que consiste no tratamento e cruzamento de variáveis temáticas por planos de informação (*layers*). Segundo Câmara, Davis e Monteiro (2001), esse tema foi popularizado na década de 1990 a partir da publicação de Tomlin:

[...] o termo “Álgebra de Mapas” foi cunhado por Tomlin (1990), para indicar o conjunto de procedimentos de análise espacial em Geoprocessamento que produz novos dados, a partir de funções de manipulação aplicadas a um ou mais mapas. Esta visão concebe a análise espacial como um conjunto de operações matemáticas sobre mapas, em analogia aos ambientes de álgebra e estatística tradicional. Os mapas são tratados como variáveis individuais, e as funções definidas sobre estas variáveis são aplicadas de forma homogênea a todos os pontos do mapa (CÂMARA, DAVIS, MONTEIRO, 2001, p. 488).

O cruzamento entre as variáveis temáticas deve ser realizado no formato matricial (*raster*), considerando uma porção do território (*pixel*) do mesmo tamanho. Os elementos da álgebra consistem na associação de um valor quantitativo a cada área do mapa, neste caso a cada pixel, visto que as operações aplicadas aos mesmos ficam a cargo do modelador (CÂMARA; DAVIS; MONTEIRO; 2001). A atribuição desse valor é fundamental, pois é a partir dele que serão efetuados os cruzamentos.

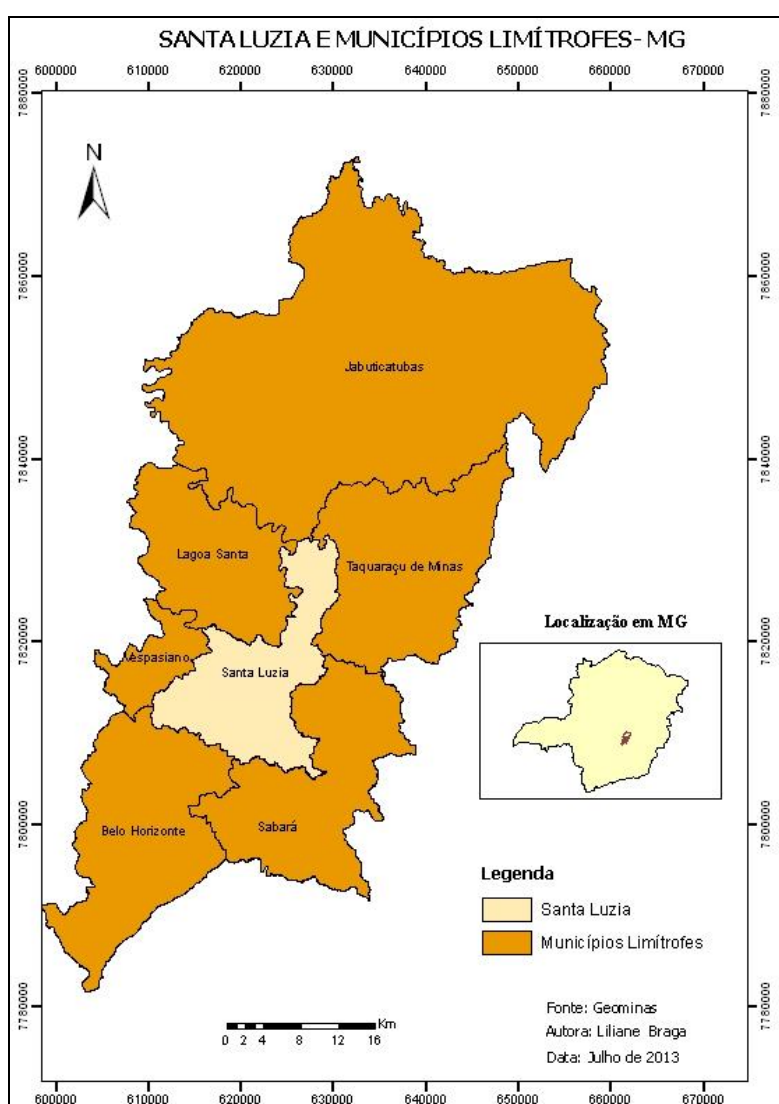
Esta pesquisa tem um caráter exploratório e descritivo, com análises de cunho quali-quantitativas. A base metodológica deste estudo se calcou na utilização de técnicas da cartografia social, análise multicriterial, associadas a geotecnologias (SIG, Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto), contemplando a aplicação do método Delphi, tendo as lideranças das comunidades como os especialistas da análise. A

escolha dessas técnicas deve-se a sua eficiência em sistematizar dados qualitativos e quantitativos, permitindo análises consistentes nos processos de tomada de decisão. A aplicação desses métodos é extremamente relevante em estudos com comunidades tradicionais, visto permitir a junção entre o saber tradicional e o científico.

## 4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

### 4.1 Aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos

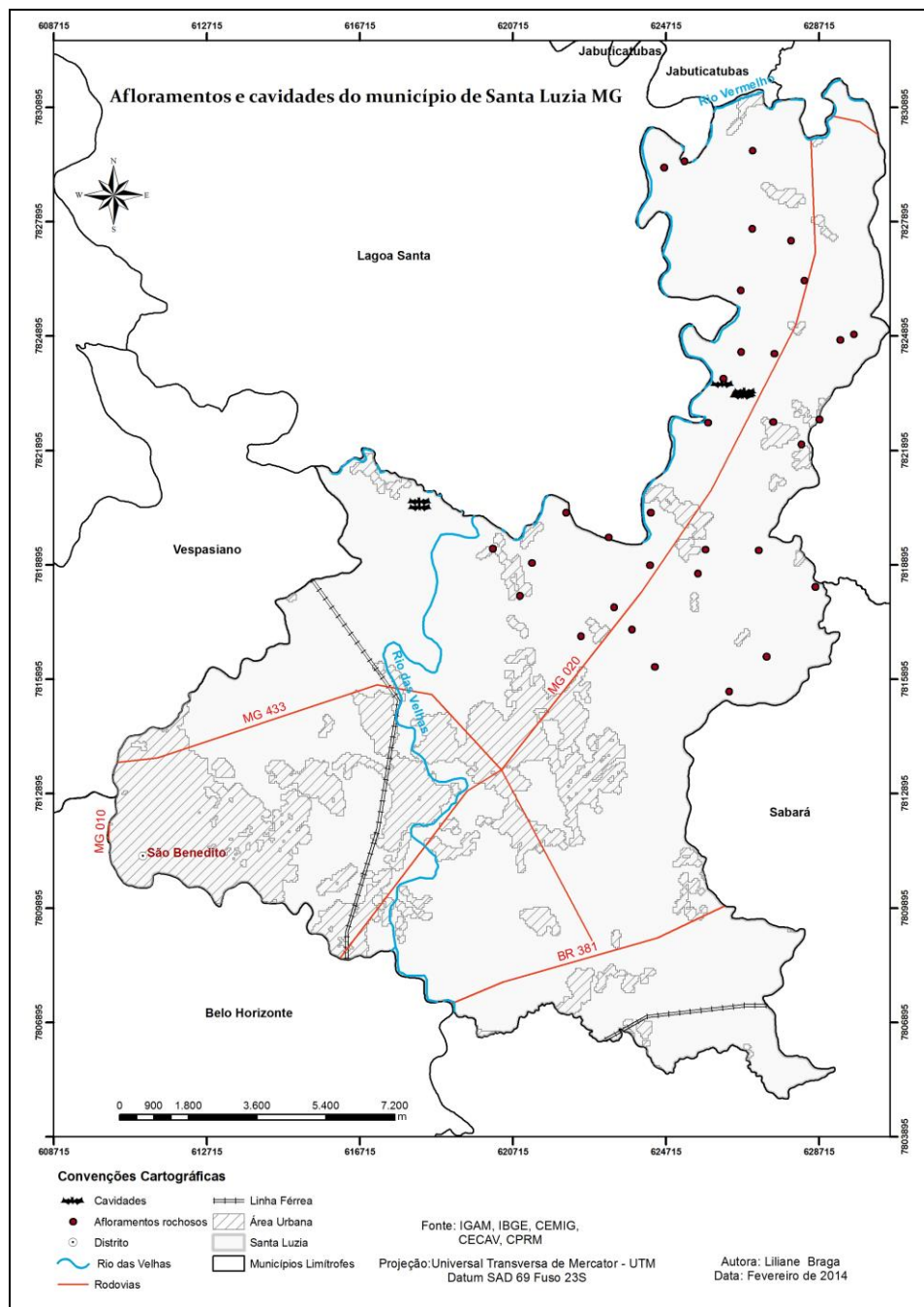
A cidade de Santa Luzia dista, aproximadamente, 25 km da capital do Estado, ocupando uma área de 235.327 km<sup>2</sup>, na Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. Seu acesso se dá pela MG-020, MG-010 e BR-381. Limita-se a norte com Jaboticatubas; a noroeste com Lagoa Santa; a oeste com Vespasiano, a leste com Taquaraçu de Minas, a sudeste com Sabará e a sul com Belo Horizonte, conforme apresenta a Figura 1: Santa Luzia e municípios limítrofes – MG. Seu território é dividido administrativamente em Sede e distrito de São Benedito.



**Figura 1: Localização de Santa Luzia e municípios limítrofes.**

No que tange aos aspectos físicos, o município de Santa Luzia encontra-se inserido na Depressão de Belo Horizonte, estruturado sobre rochas do tipo granito-gnaiss,

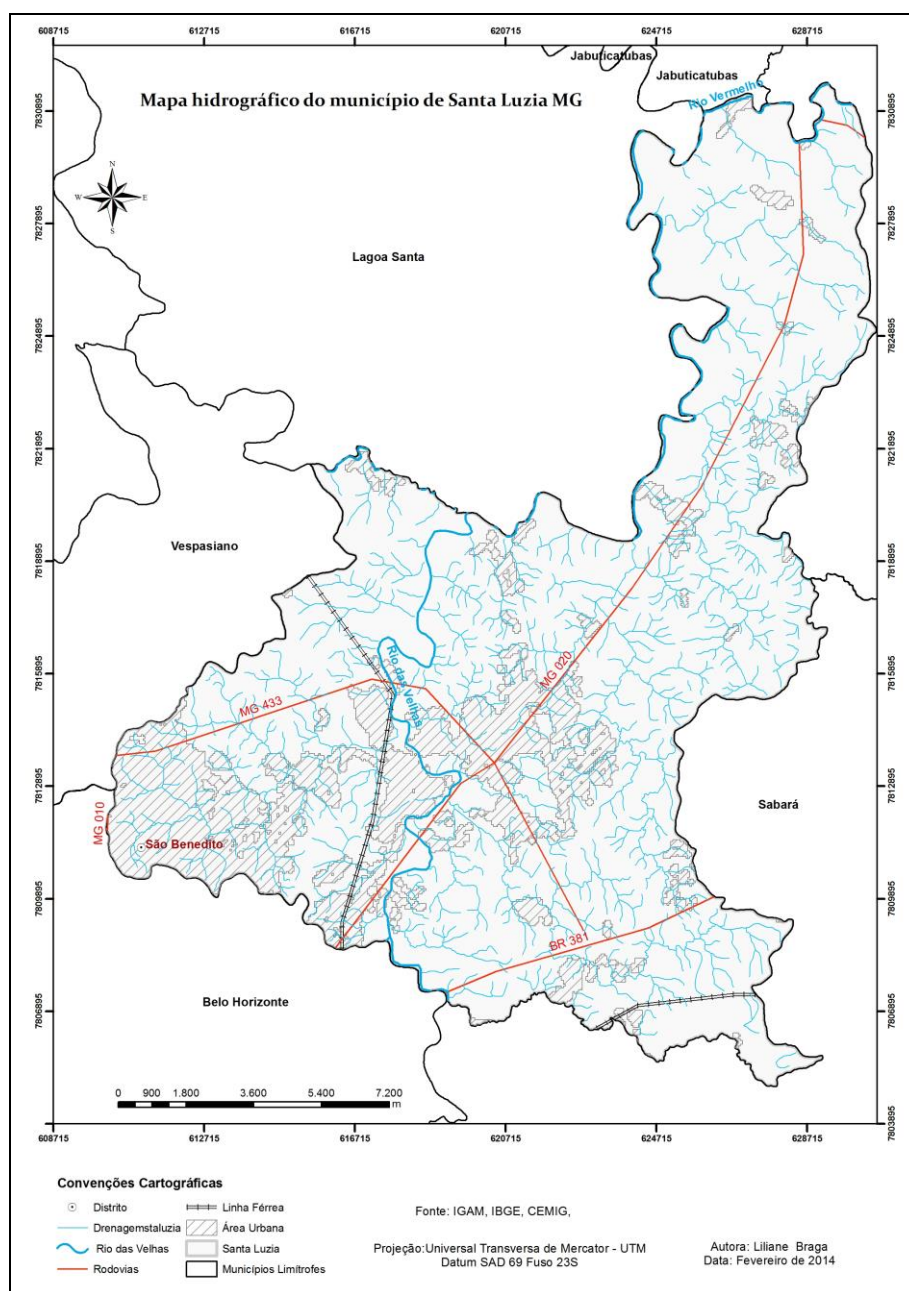
pertencente ao Complexo Belo Horizonte (NOCE et al., 1997). A porção norte do município é ocupada por afloramentos de gnaiss-granulítico e calcilito. A maioria dos afloramentos encontra-se inserida em propriedades particulares. No que tange as cavidades naturais, segundo o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação das Cavernas – CECAV constam oito cavidades registradas em Santa Luzia. Dentre essas, seis cavidades naturais subterrâneas encontram-se inseridas no mosteiro da fazenda de Macaúbas, na porção norte e noroeste do município. A Figura 2 traz a distribuição dos afloramentos e cavidades naturais subterrâneas em Santa Luzia.



**Figura 2: afloramentos rochosos e cavidades naturais subterrâneas de Santa Luzia, MG.**

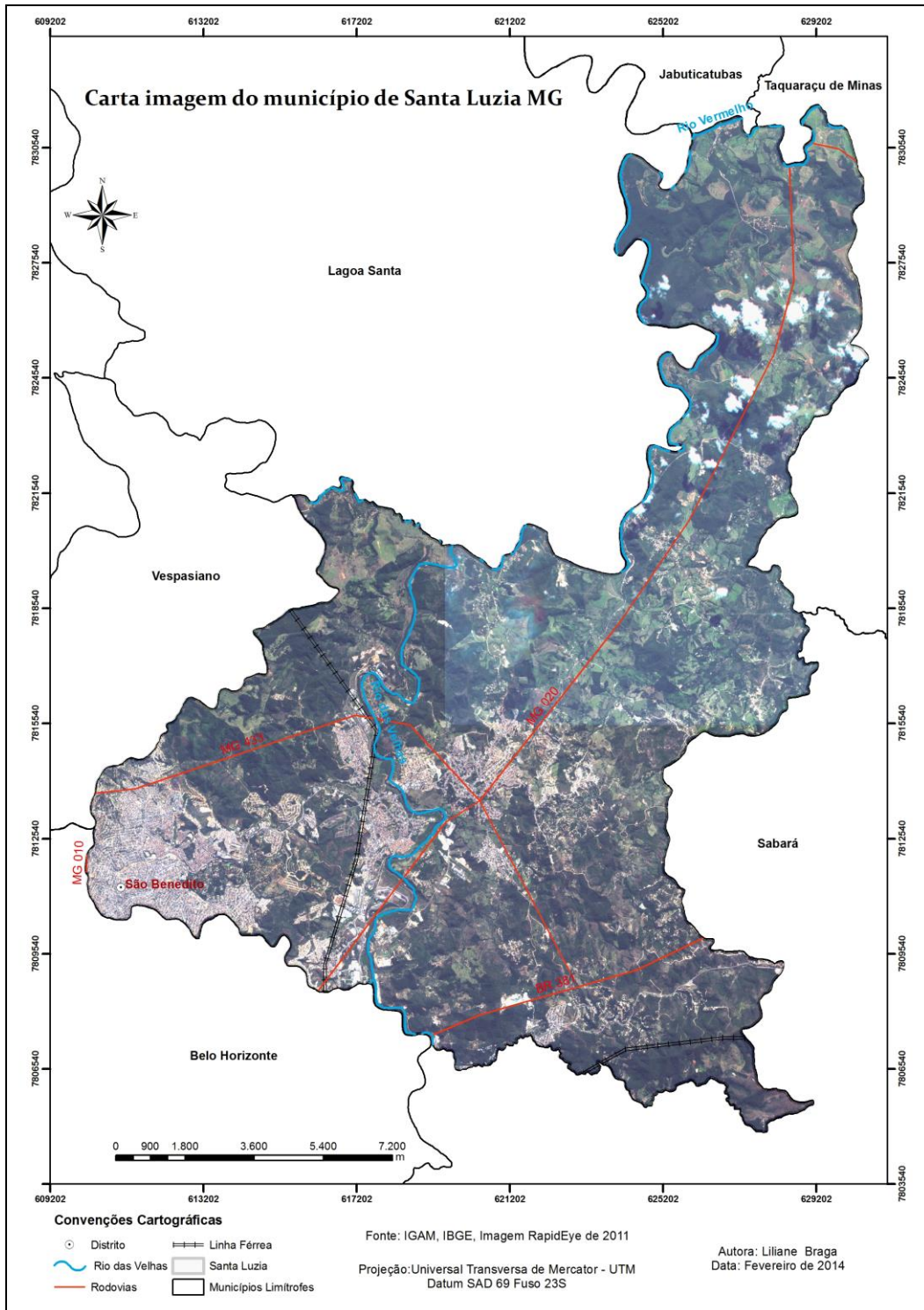
Sua paisagem é contemplada por colinas e fundos de vale extensos. Sua altitude média é de 750m, tendo seu ponto culminante ocorre na divisa com o município de Sabará, atingindo 1.200m e sua altitude mínima na foz do rio Taquaraçu, porção nordeste do município.

Seu território é banhado pelo Rio das Velhas, pertencente à bacia hidrográfica do Rio São Francisco, contando com uma densa rede hidrográfica. Vale ressaltar que o Rio das Velhas em Santa Luzia já recebeu o esgoto de Belo Horizonte e Contagem, via seus afluentes Ribeirão Arrudas e Onça. A Figura 5, traz o mapa hidrográfico de Santa Luzia.



**Figura 3: Mapa hidrográfico do município de Santa Luzia, MG.**

No campo fitogeográfico, o município de Santa Luzia encontra-se inserido em área de transição entre os biomas da Mata Atlântica e do Cerrado. A Figura 4 traz a carta imagem do município de Santa Luzia, mostrando a cobertura vegetal.



**Figura 4: Imagem satélite RapidEye, apresentando a cobertura vegetal de Santa Luzia.**

Sob a perspectiva demográfica, Santa Luzia é o 13º município mais populoso de Minas Gerais, com uma população de 205.666<sup>1</sup> habitantes, em 2011. Seu processo de ocupação data de 1692, com o estabelecimento do povoado de Bicas às margens do Rio das Velhas, pelo bandeirante José Corrêa de Miranda. A destruição desse vilarejo, três anos após sua criação, por uma enchente obrigou os moradores a reconstruí-lo em um local mais alto, dando origem à parte alta da cidade. Em 1697, passou a se chamar Bom Retiro de Santa Luzia, devido ao fato de pescadores terem encontrado uma imagem de Santa Luzia no Rio das Velhas, e essa passou a ser a padroeira local. Em 1701, foi erguida a capela dedicada à Santa Luzia e ocorreu o povoamento em suas imediações (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA, 2013).

No período colonial Santa Luzia foi uma região de grande destaque para abastecer núcleos mineradores com produtos agropecuários. Mesmo sua ocupação tendo origem tipicamente agropecuária, o garimpo de ouro de aluvião no Rio das Velhas e a extração de metais classe II, também, foram outras importantes atividades econômicas para o município.

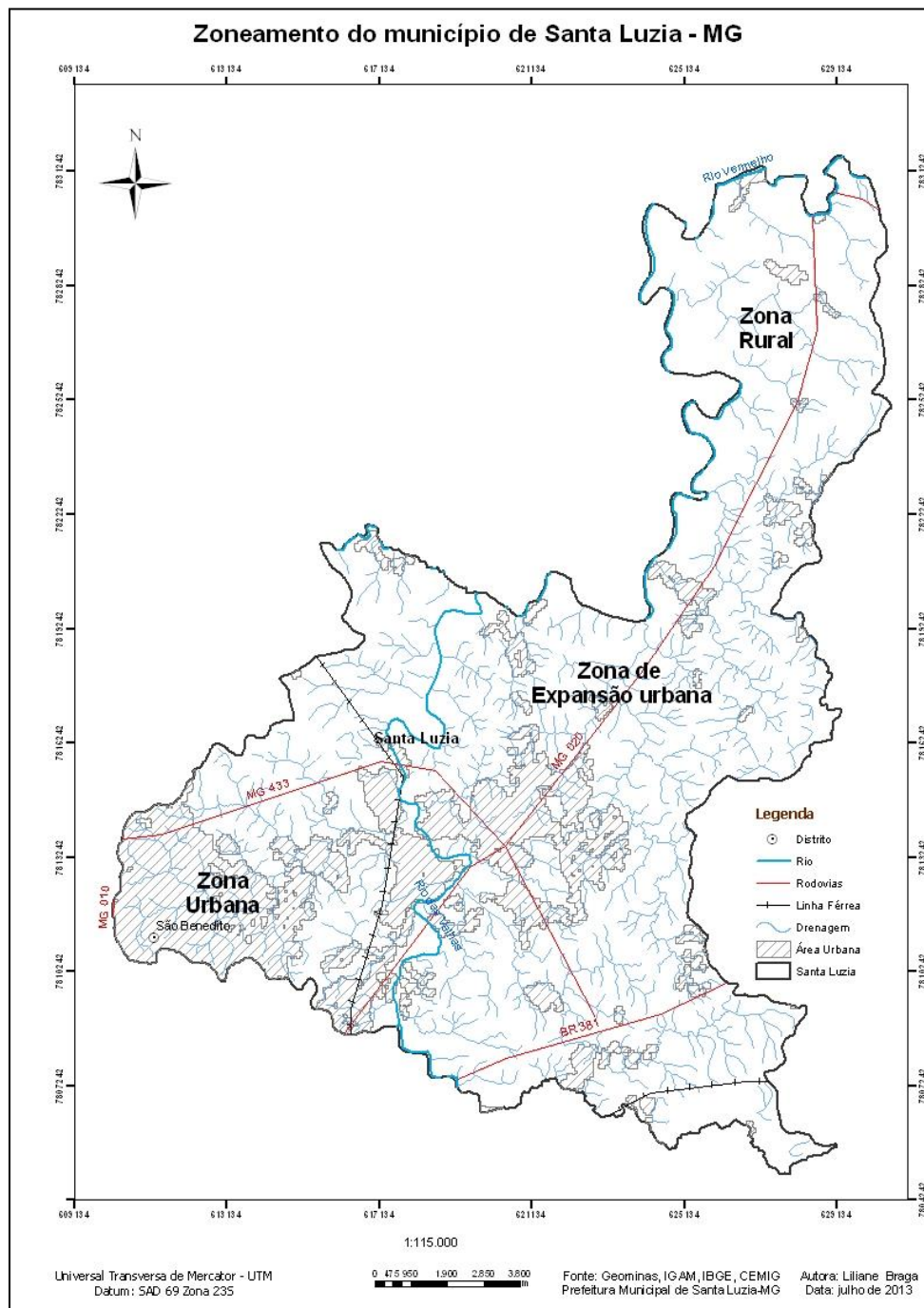
Em 1847, Santa Luzia foi desmembrada de Sabará e nove anos mais tarde, em 1856, foi elevada a categoria de município. O processo de ocupação no município se deu de forma diferenciada. A sede é ocupada por uma população mais tradicional que conserva as tradições e os costumes dos antigos moradores da cidade. O adensamento populacional de São Benedito se efetivou com a implantação dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital, em 1981, e sofreu um processo de adensamento urbano desordenado, com o surgimento de novos bairros e vilas, com insuficiência de infraestrutura básica (SANTOS, 2010).

Segundo o Plano Diretor do município, que atualmente encontra-se em fase de reformulação, o município é dividido em três grandes zonas. A *zona urbana*, que é constituída por quatro núcleos: distrito de São Benedito, a região do Frimisa, a parte baixa da sede municipal (onde se localiza a prefeitura da cidade) e o centro histórico (parte alta), acrescida ao entorno imediato dessa área que ainda não está muito adensada. A área a norte e continua à *zona urbana* ficou definida como *zona de expansão urbana* e a área, logo após a ela foi estabelecida *zona rural* onde se localiza

---

<sup>1</sup> Fonte: IBGE (2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>

a comunidade quilombola de Pinhões. A Figura 5 traz a indicação das zonas encontradas no município.



**Figura 5: Zoneamento do município de Santa Luzia.**

No que concerne às comunidades de matriz africana, foi realizada em 2009, 1ª Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial do município de Santa Luzia, que aprovou a realização do mapeamento das casas de candomblé, umbanda, guarda de congado, e de territórios quilombolas, incluindo-os no planejamento territorial, municipal das áreas urbana e rural. Após quatro anos de aprovação, as propostas

ainda não foram colocadas em prática pelo poder público local e foram apontadas novamente no Plano de Cultura Municipal, em 2013.

No levantamento concebido pela Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, nas Regiões Metropolitanas - RM de Recife, Belo Horizonte, Belém e Porto Alegre, em 2010, foram registradas no município de Santa Luzia 16 comunidades religiosas de matriz africana, sendo 14 de candomblé e duas de umbanda.

Neste mesmo ano, o terreiro de candomblé “Roça Netos de Mineiro”, reconhecido como uma das casas mais antigas de candomblé de Santa Luzia e de Minas Gerais sofreu um processo de desapropriação em virtude da duplicação da Avenida Senhor do Bonfim, no bairro São Benedito. Esta intervenção ocasionou inúmeros transtornos para a comunidade, sob a ótica ritualística, social, financeira e emocional, inclusive, enfermidades aos seus membros, conforme relatos da comunidade.

## 5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentam-se os materiais e métodos empregados no estudo. A Figura 6 traz uma síntese do processo metodológico.

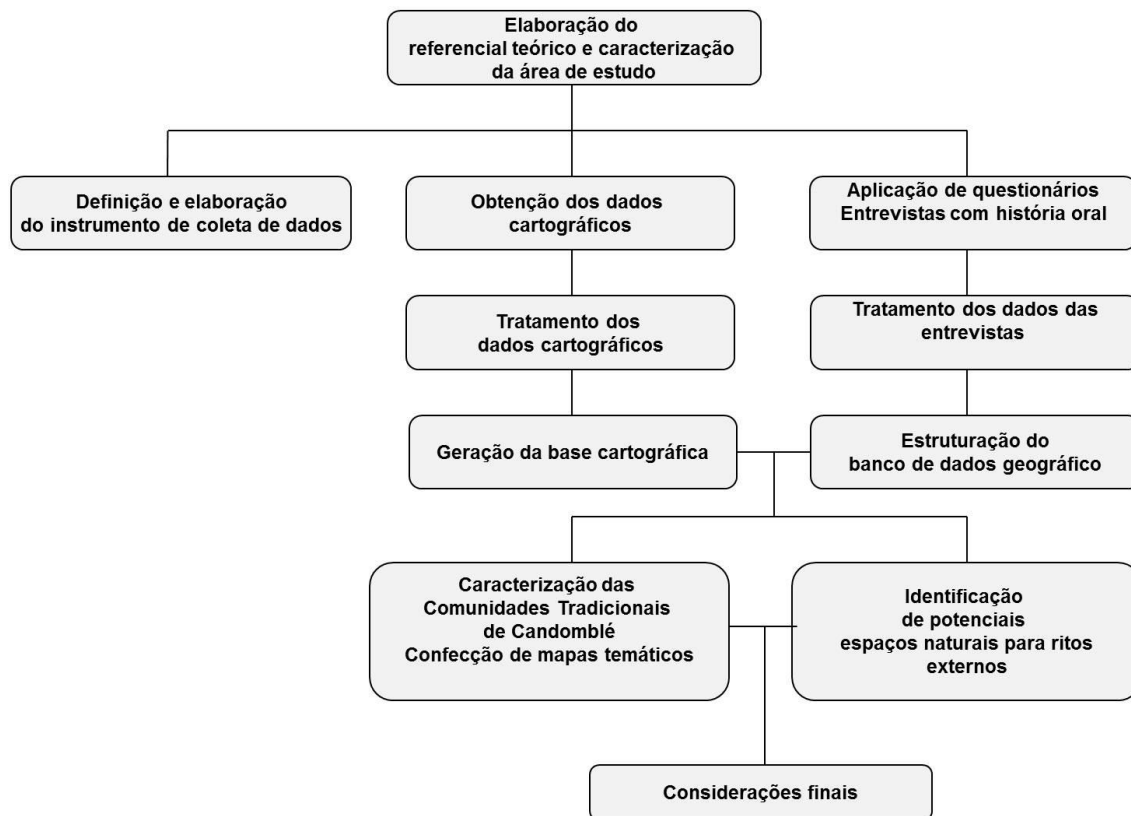


Figura 6: Síntese metodológica do estudo. Elaborado pela autora (2014).

### 5.1 Materiais

Os materiais utilizados para a caracterização das comunidades correspondem as seguintes bases cartográficas:

- Base hidrográfica: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, escala 1:50.000;
- Base de rodovias, linha férrea, limites municipais, e distritos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, escala 1.50.000;
- Área antropizada – CEMIG, escala 1.25.000.

As bases cartográficas utilizadas na identificação de potenciais espaços naturais sagrados foram:

- Base hidrográfica: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, escala 1:50.000;

- Imagem do Satélite Landsat Cena 2180, de 07/04/2013, composição RGB 654 do INPE;
- Base de afloramentos rochosos – CPRM (Projeto Sete Lagoas);
- Base de cavidades, planilha do CECAV;
- Base de linha férrea, limites municipais, e distritos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, escala 1.50.000.

## **5.2 Metodologia**

### **5.2.1 Coleta e Tratamento dos dados cartográficos**

Os dados cartográficos adquiridos foram convertidos para o sistema de projeção UTM (Universal Transversal Mercator), *datum* de referência SAD 69, no *software* ArcGIS, versão 9.3.

### **5.2.2 Instrumento de coleta de dados**

A etapa seguinte versou sobre a escolha do instrumento de coleta de dados. Nesse sentido, optou-se pela aplicação de um questionário quali-quantitativo e a realização de entrevistas por meio do resgate da história oral que permitiu o aprofundamento das relações das comunidades com os aspectos ambientais. A identificação das comunidades se pautou no levantamento da “Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, na Região Metropolitana de Belo Horizonte”, em 2010 e indicações das próprias lideranças.

A partir de revisão bibliográfica foi elaborado um questionário compostos por variáveis de classificação e factuais, conforme proposto por Pereira (1987). As variáveis de classificação abrangeram os aspectos jurídicos, administrativos, históricos, culturais e socioeconômicos. As variáveis factuais correspondem ao objeto central da pesquisa, ou seja, a relação dos saberes tradicionais das comunidades com os recursos naturais. O Apêndice traz o modelo do questionário aplicado. A aplicação dos questionários se deu entre os meses de janeiro e maio de 2013, com o líder de cada comunidade participante. Neste período também foi realizado o georreferenciamento das comunidades estudadas utilizando o GPS (Sistema de Posicionamento Global) *MAP Garmim 60CX*. As entrevistas com o uso de história oral contou com a participação de algumas lideranças e membros que se propuseram a participar.

### 5.2.3 Estruturação de banco de dados geográfico

Os resultados dos questionários foram tabulados e a localização geográfica dos terreiros foi inserida gerando um banco de dados geográfico.

### 5.2.4 Caracterização das Comunidades

A partir da análise das variáveis de classificação, foram gerados mapas temáticos caracterizando as comunidades pesquisadas.

### 5.2.5 Identificação de potenciais espaços naturais para ritos externos

As variáveis factuais subsidiaram a análise para a identificação de potenciais espaços naturais para ritos externos. O método empregado nesta etapa contou com técnicas que abrangem as geotecnologias, análise de multicritério e álgebra de mapas, conforme descrito a seguir.

#### a) Seleção dos critérios

A escolha das variáveis a serem analisadas baseou-se nos apontamentos das lideranças, sendo elas: água; mata; cavidades naturais subterrâneas; afloramentos rochosos e linha férrea, conforme a Figura 7.



Figura 7: Árvore de decisão

#### b) Organização e tratamento da base cartográfica

No *software* ArcGis 9.3 foi realizada a conversão das variáveis para o mesmo sistema de projeção cartográfica (UTM/SAD69). Após essa etapa, os dados foram organizados em planos de informação (*layers*) e definiu-se como dimensão da área de estudo o limite municipal de Santa Luzia.

A partir da ferramenta *multiple buffer*, foram criadas áreas de influência (*buffers*) para a conversão dos dados vetoriais para o formato *raster* dos elementos pontuais e lineares representados. A definição do tamanho das áreas de influência considerou as informações das lideranças entrevistadas, a partir do critério de proximidade. As Figuras 8 e 9 trazem o mapa de proximidade de curso d'água e de mata, respectivamente, com áreas de influência variando de 100 a 500 m de proximidade. Para as demais variáveis determinaram-se buffers de 1.000 metros, que variaram de 200 a 1000 m de proximidade, como ilustram as Figuras 10, 11 e 12.

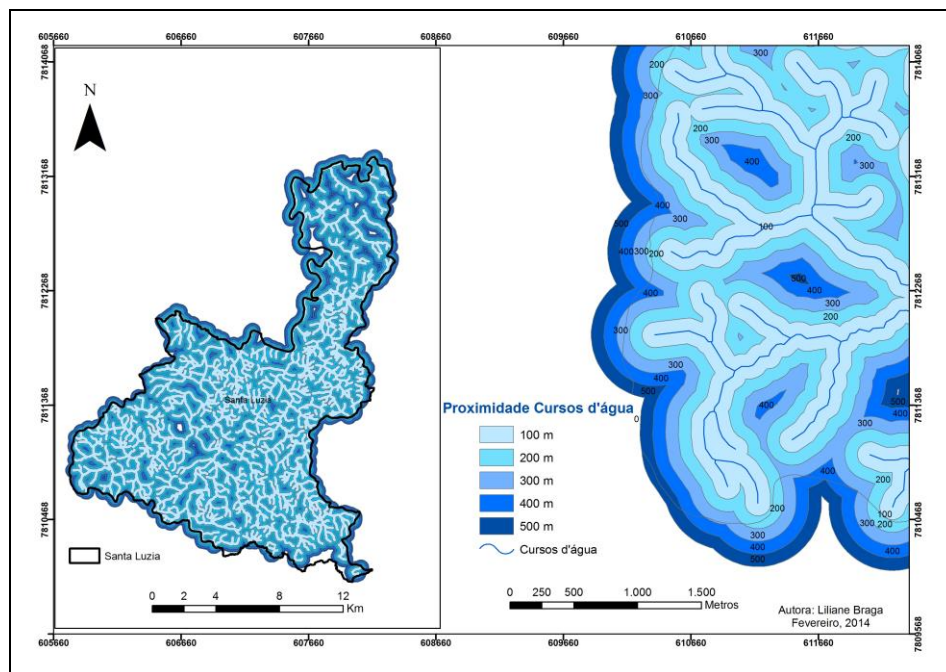


Figura 8: Mapa de proximidade de cursos d'água.

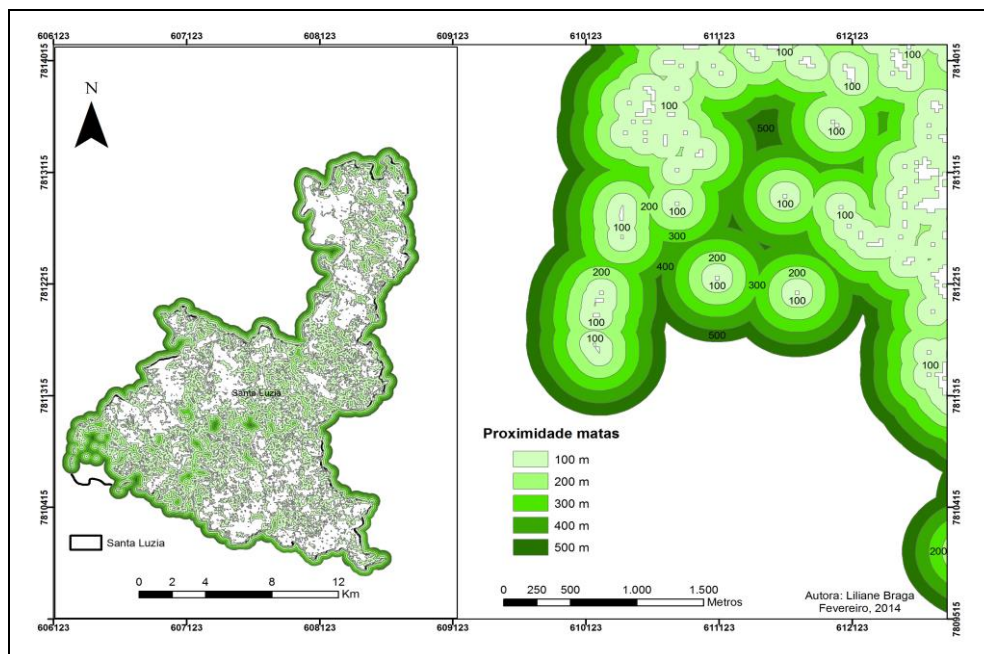


Figura 9: Mapa de proximidade de mata.

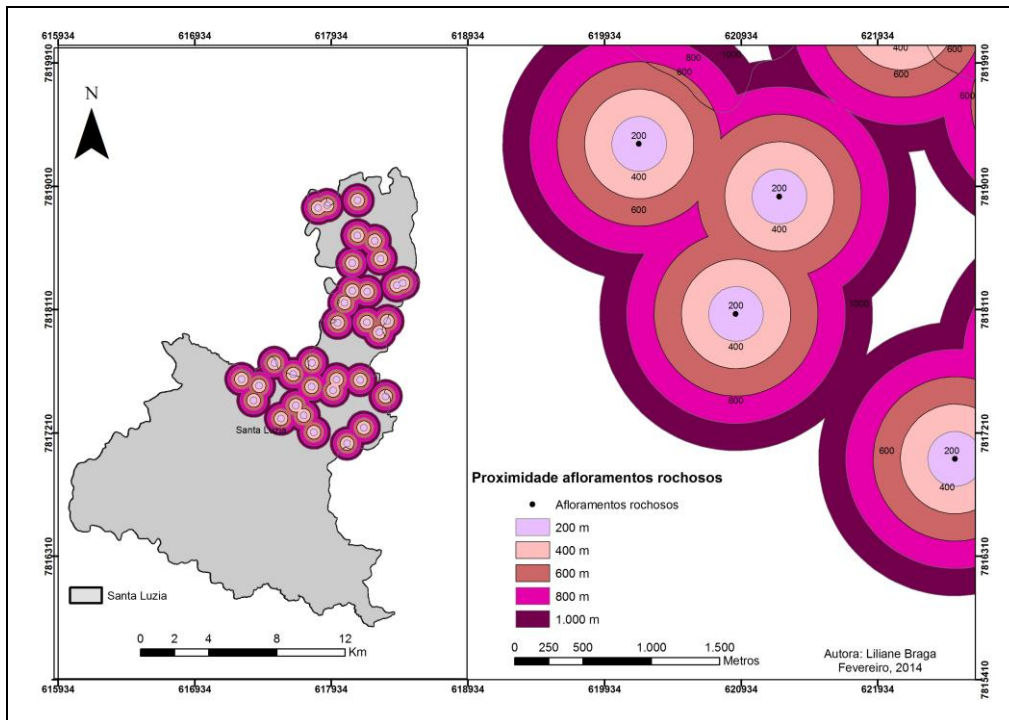


Figura 10: Mapa de proximidade de afloramentos rochosos.

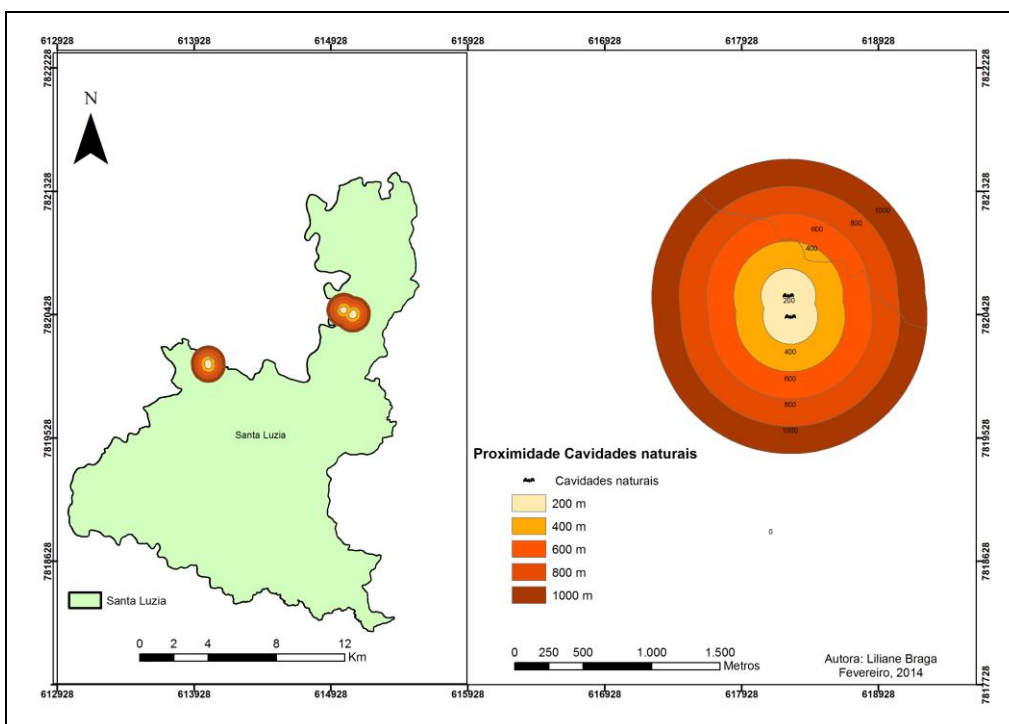
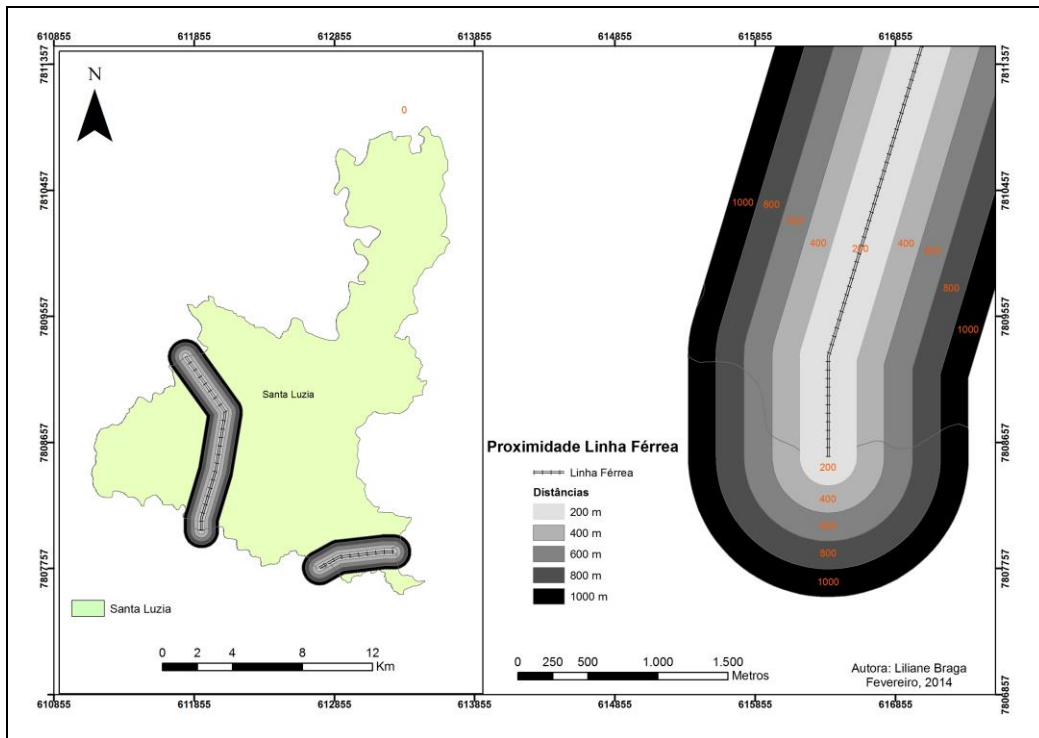


Figura 11: Mapa de proximidade de cavernas.



**Figura 12: Mapa de proximidade de linha férrea.**

### **c) Ponderação dos critérios**

A técnica de ponderação das variáveis analisadas se pautou na metodologia DELPHI, conforme apresentado no questionário. Os especialistas consultados foram os líderes das comunidades entrevistadas. A determinação dos valores dos pesos se pautou no grau de importância de cada critério analisado para a realização dos rituais externos, variando numa escala de 0 a 100%. As variáveis água e vegetação receberam os maiores pesos uma vez que são insubstituíveis na realização de práticas ritualísticas externas. As notas foram estabelecidas segundo o grau de proximidade, ou seja, quanto mais próximo da variável analisada, mais alta foi a nota, variando na escala de 0 a 5. A Tabela 1 traz os pesos (%) e as médias calculadas para as notas dos critérios.

**Tabela 1: Pesos e notas utilizados para a indicação de potenciais espaços naturais sagrados em Santa Luzia, 2014.**

<b>CRITÉRIO</b>	<b>PESO (%)</b>	<b>COMPONENTE DE LEGENDA</b>	<b>NOTA</b>
<b>Proximidade curso hídrico</b>	35%	De 0 a 100 metros	5
		De 100 a 200 metros	4
		De 200 a 300 metros	3
		De 300 a 400 metros	2
		De 400 a 500 metros	1
		> que 500 metros	0
<b>Proximidade mata</b>	35%	De 0 a 100 metros	5
		De 100 a 200 metros	4
		De 200 a 300 metros	3
		De 300 a 400 metros	2
		De 400 a 500 metros	1
		> que 500 metros	0
<b>Proximidade afloramentos rochosos</b>	10%	De 0 a 200 metros	5
		De 200 a 400 metros	4
		De 400 a 600 metros	3
		De 600 a 800 metros	2
		De 800 a 1000 metros	1
		> que 1000 metros	0
<b>Proximidade cavidades naturais subterrâneas</b>	10%	De 0 a 200 metros	5
		De 200 a 400 metros	4
		De 400 a 600 metros	3
		De 600 a 800 metros	2
		De 800 a 1000 metros	1
		> que 1000 metros	0
<b>Proximidade linha férrea</b>	10%	De 0 a 200 metros	5
		De 200 a 400 metros	4
		De 400 a 600 metros	3
		De 600 a 800 metros	2
		De 800 a 1000 metros	1
		> que 1000 metros	0

#### **d) Cruzamento dos dados e elaboração dos mapas**

Os dados reclassificados através da ponderação dos critérios foram submetidos ao processo de álgebra de mapas por meio da equação de soma. O objetivo dessa etapa foi realizar o cruzamento das variáveis que resultou no mapa de potencialidades de espaços naturais sagrados. Este mapa foi reclassificado por meio do método de quebra natural de intervalos em três classes de análise, alto, médio e baixo potencial.

Posteriormente, foi elaborado um mapa que considerou as áreas naturais que já são utilizadas para práticas ritualísticas externas pelas comunidades e as áreas classificadas como alto potencial.

#### **5.2.6 Análise dos resultados e considerações finais**

A última etapa do trabalho contou com a análise dos resultados, considerações finais e redação do texto final.

## 6 AS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ EM SANTA LUZIA

Este capítulo traz os resultados obtidos na pesquisa realizada com as comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia e a identificação de potenciais espaços naturais para prática de ritos externos, em Santa Luzia. O Apêndice, traz a identificação de cada comunidade pesquisada.

### 6.1 Caracterização das comunidades de candomblé em Santa Luzia

#### 6.1.1 Perfil das lideranças

##### a) Gênero

A maior parte da liderança religiosa entrevistada é masculina (66,6%). As lideranças femininas destacaram que enfrentam diversas dificuldades ao conduzirem os terreiros devido a motivos de preconceito especialmente contra as mulheres negras (Figura 13).

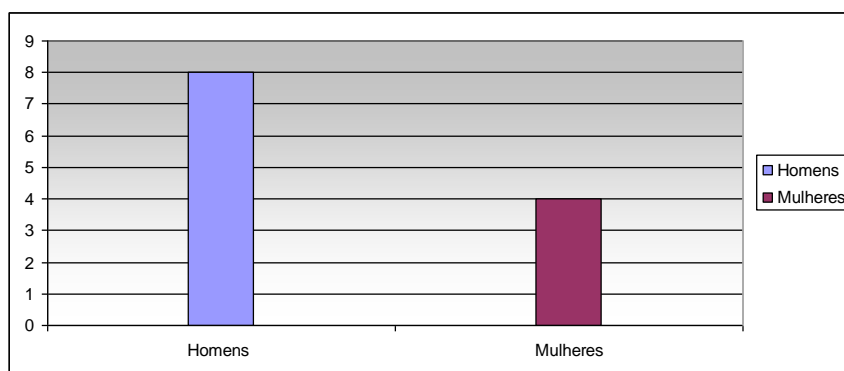
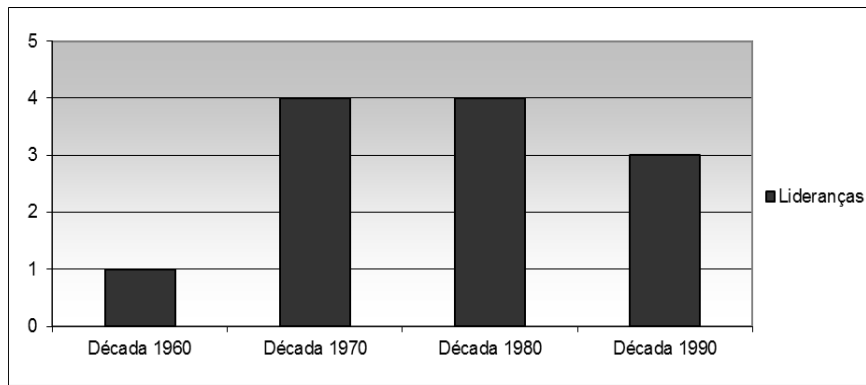


Figura 13: Gênero das lideranças das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia- MG, 2014.

##### b) Tempo de Iniciação das lideranças

O tempo de iniciação é um fator de destaque para as comunidades de candomblé. De acordo com a pesquisa 42% das lideranças tem mais de 30 anos de iniciado na religião. A liderança com maior tempo de iniciação corresponde à década de 1960 e a mais jovem na década de 1990. Entretanto, algumas lideranças são oriundas da umbanda e do omolocô e posteriormente migraram para o candomblé (Figura 14).



**Figura 14: Tempo de iniciação das lideranças das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia- MG, 2014.**

### 6.1.2 Distribuição das comunidades de candomblé em Santa Luzia

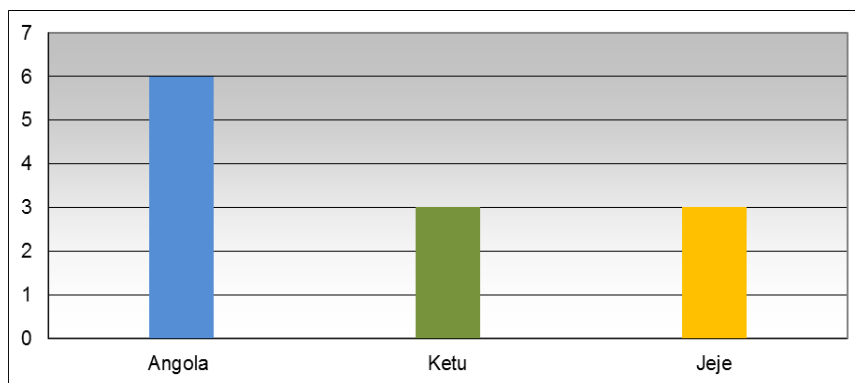
Neste estudo foram pesquisadas 12 comunidades de candomblé<sup>2</sup>, situadas na zona urbana do município de Santa Luzia. O maior número de terreiros encontra-se localizado no distrito de São Benedito (83%), ocupando os bairros: São Benedito; Cristina A; Baronesa; Chácaras Santa Inês; Duquesa I e II e Nova Esperança, onde se concentra a maior parte da população de baixa renda do município. Além do distrito de São Benedito, foram pesquisadas duas comunidades inseridas nos bairros: Bom Destino e Bonanza, regiões sudeste e central do município, respectivamente.

O fato da maioria das comunidades estarem localizadas na região periférica do município de Santa Luzia coincide com o processo de territorialização das comunidades de matriz africana que se instituiu no país ao longo de quatro séculos, ocupando regiões afastadas, áreas de periferia com deficiência de infraestrutura e população de baixa renda.

### 6.1.3 Nação e regência

Investigar a predominância ou ausência de uma nação de candomblé nos permite refletir sobre a dinâmica histórica e cultural dessa religião em uma determinada região. A prática do candomblé em Santa Luzia vem se consolidando de maneira diversificada. Das 12 comunidades entrevistadas, 50% se intitularam pertencentes à nação Angola, seguida por três comunidades de Ketu e três de Jeje (Figura 15).

<sup>2</sup> Foram levantadas 18 comunidades de candomblé, entretanto, apenas 12 comunidades se dispuseram a participar da pesquisa.



**Figura 15: Nação das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia- MG.**

Nos terreiros de candomblé cultuam-se divindades reconhecidas como orixás (ketu), voduns (jeje) ou inkices (angola). Assim cada terreiro tem um regente ou patrono que geralmente é a divindade “dona da cabeça” do líder da casa. Ao investigar o principal regente de cada terreiro, constatou-se que as divindades masculinas se sobressaem, correspondendo a 67%. Entretanto, a divindade regente predominante dentre as comunidades é a mãe das águas doces, conhecida como *Dandalunda* (angola) ou *Oxum* (ketu) ou *Oshun* (jeje). A Tabela 2 traz os regentes por nação.

**Tabela 2: Divindades regentes por nação das comunidades tradicionais de candomblé em Santa Luzia, 2014.**

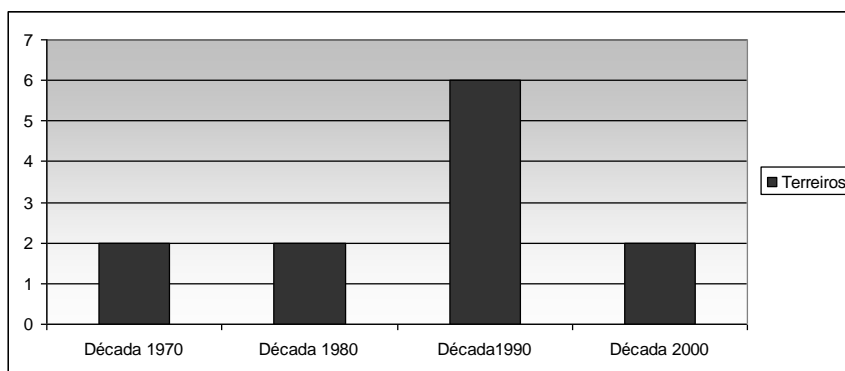
NAÇÃO	DIVINDADE	%
Angola	Dandalunda	25%
	Mutalambo	8,30%
	Matamba	8,30%
	Kassute	8,30%
Jeje	Bessen	8,30%
	Agué	8,30%
	Odé	8,30%
Ketu	Xangô	8,30%
	Iansã	8,30%
	Ossain	8,30%

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

#### 6.1.4 Cronologia de Fundação

O tempo de existência de uma comunidade é um aspecto de suma importância para as comunidades de candomblé. Do total de comunidades pesquisadas, 75% têm mais de 20 anos de existência. As comunidades mais antigas pertencem à nação Angola. O “Terreiro de Candomblé Netos de Mineiro”, fundado em 1971 e instalado em Santa Luzia no início da década de 1990, no bairro São Benedito, é a comunidade mais antiga. Entretanto, a primeira comunidade presente no município foi a “Casa de

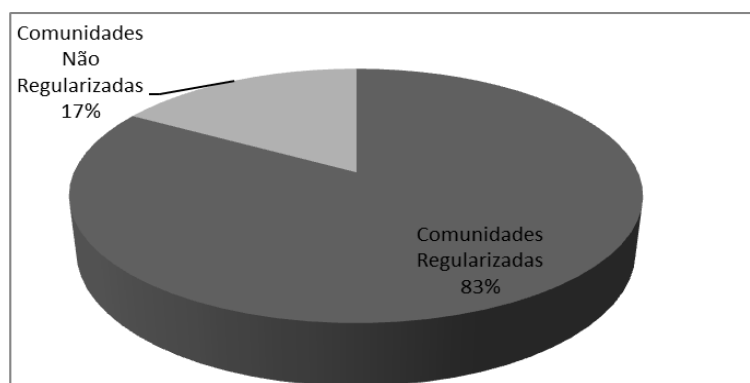
Cultura Lodé e Apará”, fundada em 1980. Na década de 1990, registrou-se um crescimento significativo dos terreiros em Santa Luzia, 50% das comunidades entrevistadas foram fundadas neste período (Figura 16). Tal fato está associado a ações democráticas de liberdade política e de expressão que o País assumiu no final década de 1980, especialmente com a promulgação da Constituição Federal.



**Figura 16: Cronologia de fundação das comunidades tradicionais de candomblé em Santa Luzia por década (1970 a 2000).**

#### 6.1.5 Situação Legal, manutenção financeira e instituição representativa

A pesquisa apontou que todas as comunidades se encontram instaladas em imóveis próprios. No que tange a regularização jurídica das comunidades, a maioria das casas (83%) possui registro em cartório, escritura do imóvel, estatuto e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ (Figura 17). O aspecto financeiro foi apontado como o maior empecilho no que tange a regularização da documentação.



**Figura 17: Regularização jurídica das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia, 2014.**

De acordo com a pesquisa, as principais fontes de recursos financeiros para manutenção dos terreiros provem de suas lideranças, 66% responderam que recebem contribuições de membros das casas e de amigos e apenas 8% faz o uso de cobrança de mensalidade.

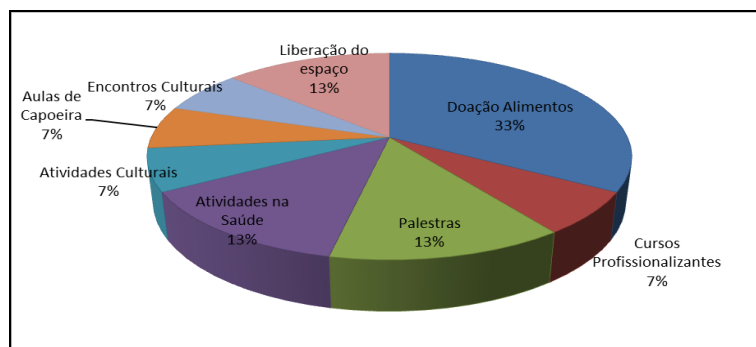
A maioria das lideranças, correspondendo a 75%, encontra-se filiada a uma instituição representativa. As comunidades apontaram a Federação das Religiões de Matriz Africana – FREMA Santa Luzia, como a principal instituição que os auxilia na regularização de documentação, orientações sobre a legislação que rege as comunidades de matriz africana, ocorrências de preconceito e intolerância religiosa. No que tange ao conhecimento sobre a legislação vigente, 34% das lideranças desconhecem as leis que amparam as comunidades de matriz africana.

#### **6.1.6 Participação em programas sociais governamentais, políticas públicas e inserção na comunidade**

O principal programa do governo federal que metade das comunidades (50%) participa corresponde à distribuição de cestas básicas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. Entretanto, todos os entrevistados ressaltaram os transtornos advindos do programa no que condiz ao transporte dos alimentos. Segundo os entrevistados as cestas básicas são enviadas para a Central de Abastecimento de Minas Gerais – CEASA no município de Contagem. Cada liderança é responsável pelo empacotamento das cestas, seu transporte até Santa Luzia e distribuição para a comunidade do entorno. De acordo com algumas lideranças esse procedimento é inviável financeiramente, muitas vezes, eles optam por comprar os alimentos e distribuir para o entorno.

As comunidades entrevistadas pontuaram que anseiam como iniciativas governamentais a isenção de impostos; melhor gerenciamento do programa de distribuição de cestas básicas; apoio e divulgação das ações sociais desenvolvidas pelas comunidades, orientações jurídicas; segurança policial nas ocasiões de festejos, apoio as entidades que tem como foco a conservação ambiental; instituição de uma área natural (reserva) para realização de ritos externos e ainda a criação de um espaço para velar os adeptos da religião, devido a ações de preconceito que sofrem nesta ocasião. Neste sentido, 83% dos entrevistados já sofreram ações de preconceito e 42% foram discriminados durante a realização de práticas ritualísticas externas.

Os terreiros de candomblé também são espaços propícios à prestação de serviços sociais. De acordo com a pesquisa, a maioria dos terreiros (36%) doa roupas e alimentos para a comunidade do entorno. Ainda, foi apontado o desenvolvimento de atividades relacionadas à saúde; aulas de capoeira; cursos profissionalizantes, encontros culturais; palestras e liberação do espaço para uso comunitário, conforme Figura 18.



**Figura 18: Atividades sociais realizadas pelas comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia, 2014.**

### 6.1.7 Infraestrutura e funcionamento do terreiro

Os terreiros também são concebidos como locais de moradia, nas 12 comunidades pesquisadas residem 35 pessoas. Todas as comunidades recebem os serviços de abastecimento de água; esgotamento sanitário, rede elétrica, telefonia e coleta de lixo. A maioria destacou que a acessibilidade é boa, entretanto, 42% dos terreiros estão inseridos em vias não pavimentadas. No que tange a espaços para cultivo de plantas e criação de animais, 75% salientaram que desproveem destes espaços.

Os terreiros de candomblé desenvolvem atividades constantemente, seja para a prática dos rituais, festas, atendimento ao público externo para consultas, trabalhos, benzeções e atividades sociais. A pesquisa evidenciou que 34% dos entrevistados realizam atividades semanalmente, 34% por bimestre, 16% quinzenal e 16% mensalmente. Este conjunto de atividades demanda a dedicação de um número significativo de membros. Segundo a pesquisa, 1.120 membros integram atualmente as comunidades pesquisadas. A comunidade com o maior número de “filhos de santo” é o Terreiro de Candomblé Netos de Mineiro, que já iniciou mais de 500 pessoas até a ocasião da pesquisa.

Segundo 67% dos entrevistados, os terreiros recebem um fluxo de mais de 500 visitantes por ano nas ocasiões de festividades. As comunidades entrevistadas mantem um calendário tradicional de suas festas, entretanto, eventualmente ocorrem comemorações ligadas às cerimônias de iniciação e de conclusão de ciclos, conhecidas como “obrigações”. O Quadro 2, a seguir traz um calendário com os meses em que ocorrem festividades nas comunidades.

**Quadro 2: Calendário das festividades tradicionais realizadas pelas comunidades de candomblé de Santa Luzia, 2014.**

Terreiros de Candomblé	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Casa de Cultura Lode e Apara	x	X		x	X		x	x	x	X		x
Ilê Axé Pilão Odara	x					x						
Ass. Afrobrasileira Assavo	x			x				x			x	x
ilê Axé Orum D'Oyá		X	X				x	x	x	X		
ilê Axé Oxum e Oxossi	x			x	X	x		x		X	x	x
Ilê de Oxossi				x						X		
Roça de Cand. Filhos de Kassange	x	X	X					x				x
Rompane Ganzu Farrei				x				x				x
Seji Ashe Ague Aberrunto				x					x	X		
Terreiro Abassá de Odé	x				X	x		x	x			x
Terreiro de Cand. Netos de Mineiro	x	X	X	x		x	x	x	x			x
Terreiro Manzo Nzungo Kaiango		X		x	X	x		x	x	X		x

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

A festividade com maior ocorrência é o “*Olubajé*” ou “*Kukuana*” realizada no mês de agosto, quando 75% dos terreiros prestam suas homenagens à divindade da saúde (Omolu/Azansu/Nsumbu). As cerimônias destinadas a divindade da caça e da fartura (Oxossi/Ode/Mutakalambo) no mês de abril e as divindades femininas conhecidas como iabas ou inkiciames também se destacam nos terreiros de candomblé de Santa Luzia, sendo realizadas por 67% das comunidades.



**Figuras 19 e 20: divindade Nsumbu, (à esquerda). Fonte Autora (2013). À direita divindade *Dandalunda*. Fonte: Disponível em [www.lopeapara.org](http://www.lopeapara.org)**

As Figuras 21, 22, 23, 24, 25 e 26 trazem a especialização das comunidades, segundo gênero das lideranças, localização, nação, cronologia de fundação, divindades regentes e números de iniciados.

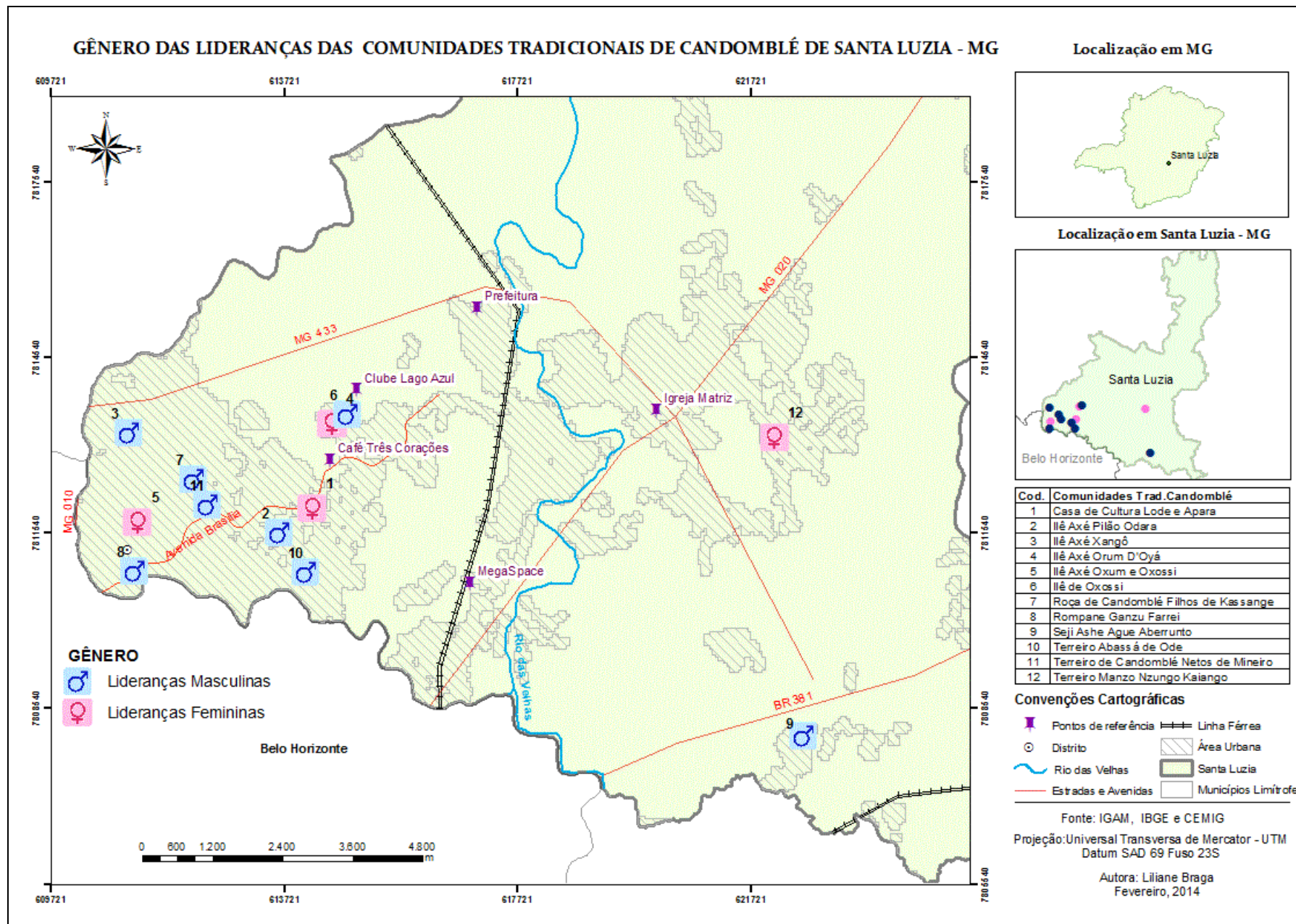


Figura 21: Gênero das Lideranças das comunidades de candomblé de Santa Luzia.

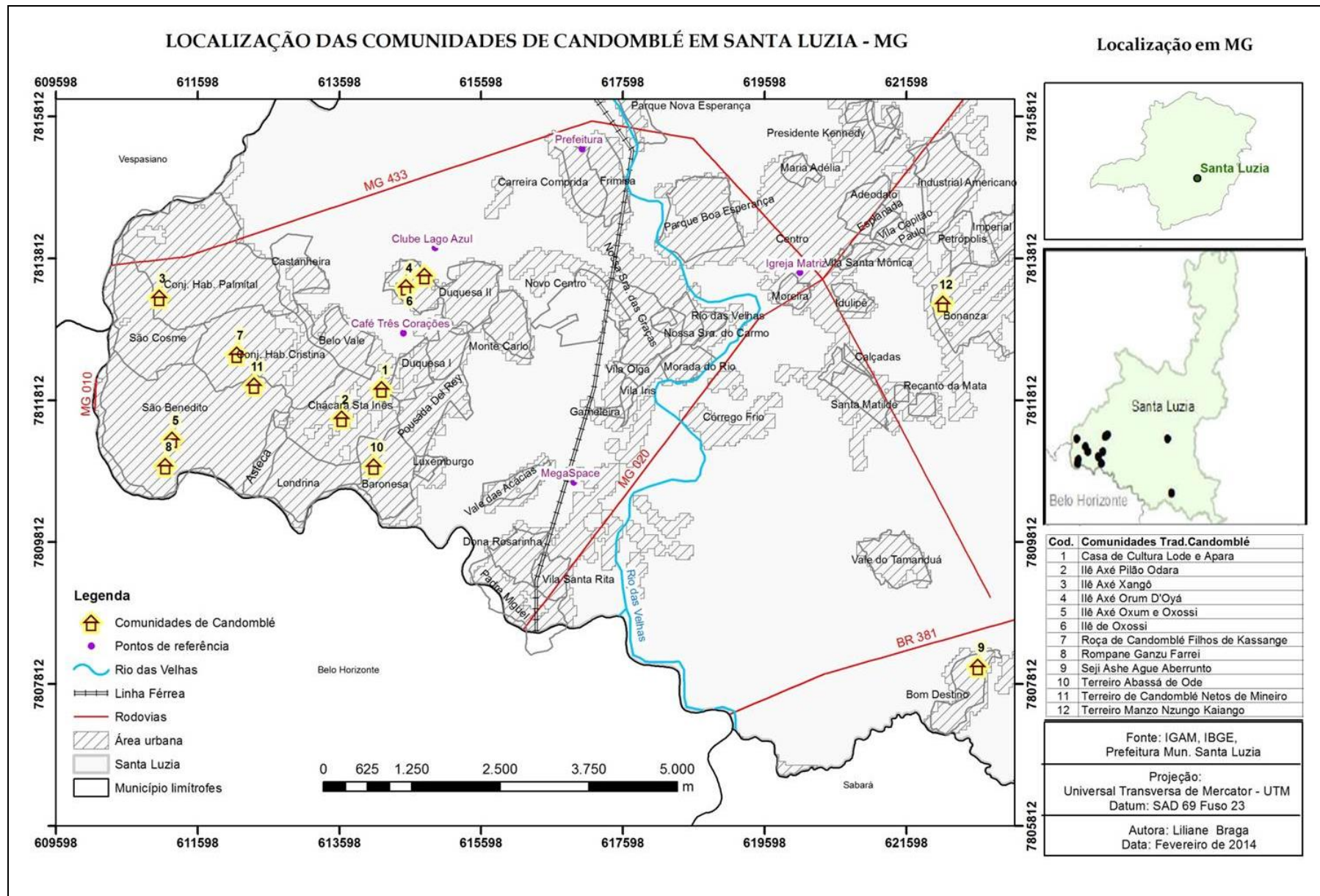


Figura 22: Localização das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia.

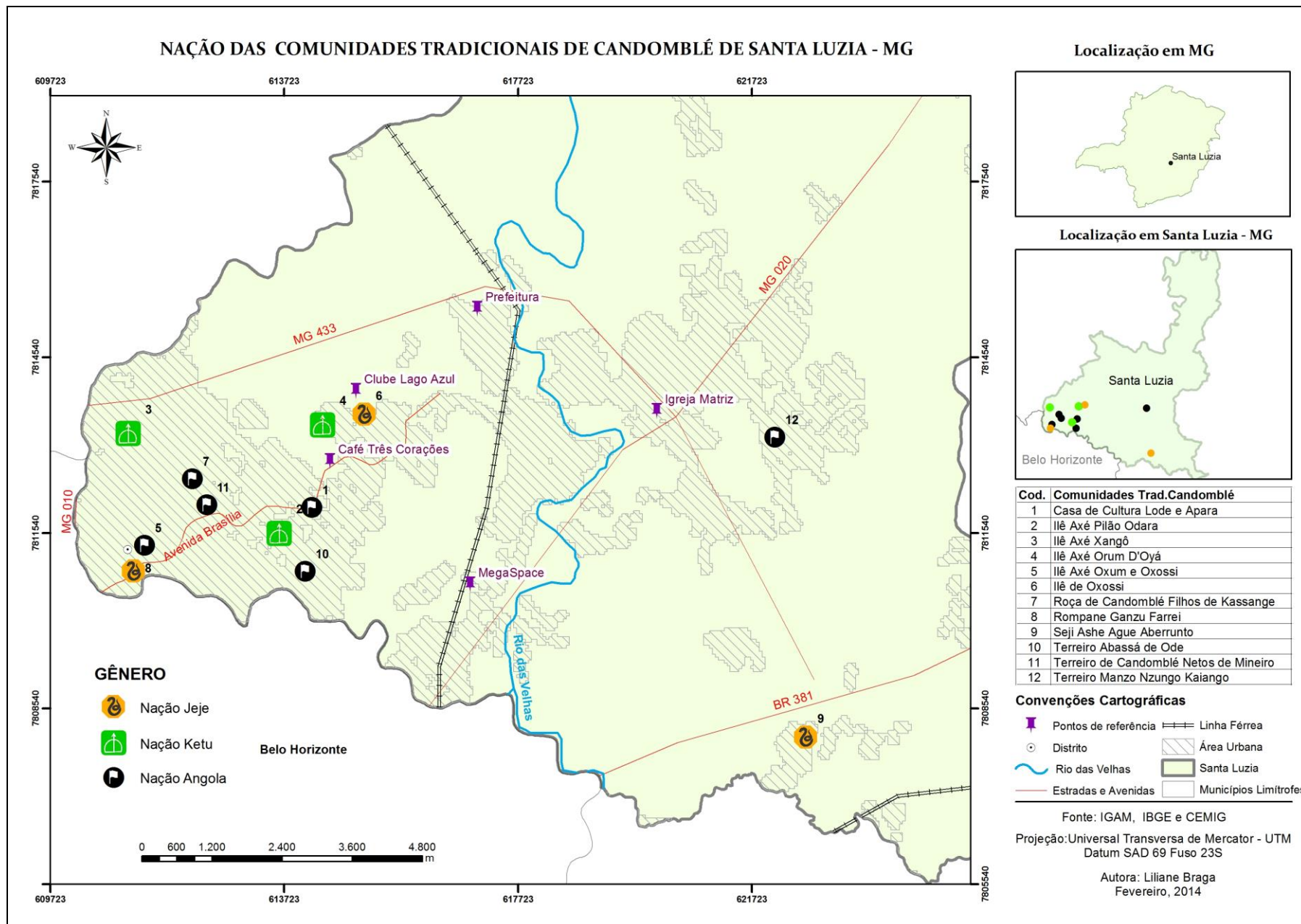


Figura 23: Nação das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia.

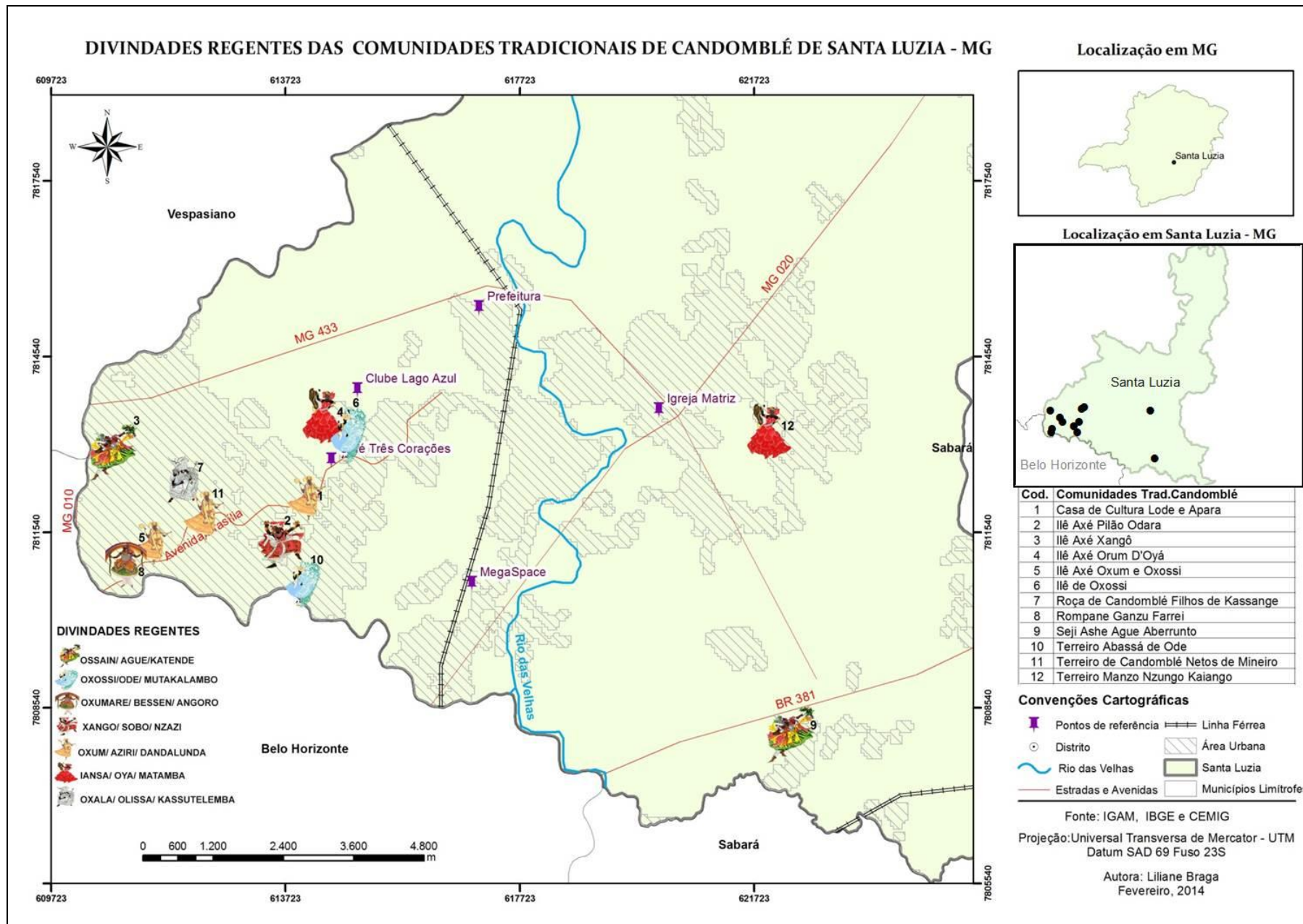
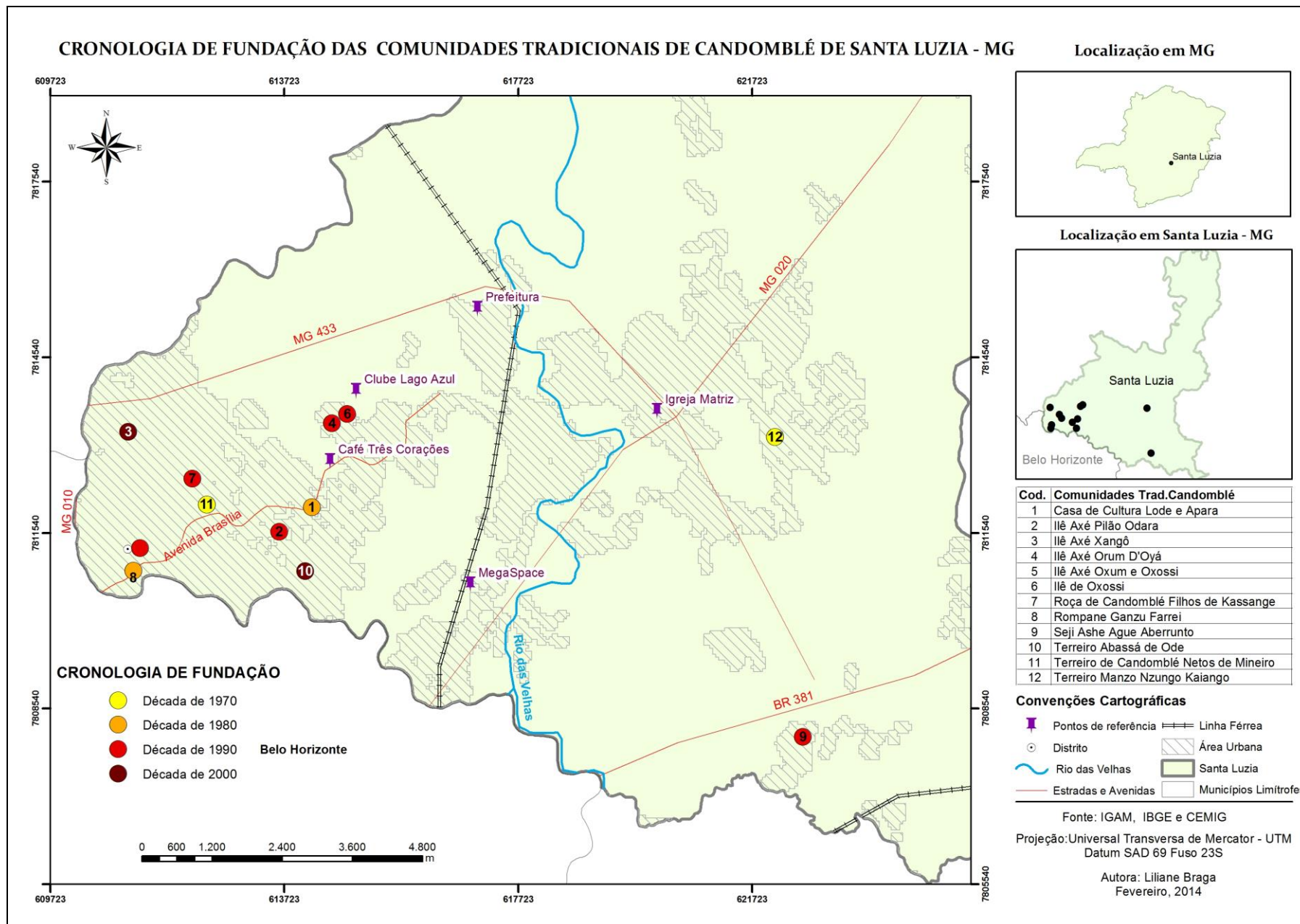


Figura 24: Divindades regentes das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia.



**Figura 25: Cronologia de fundação das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia.**

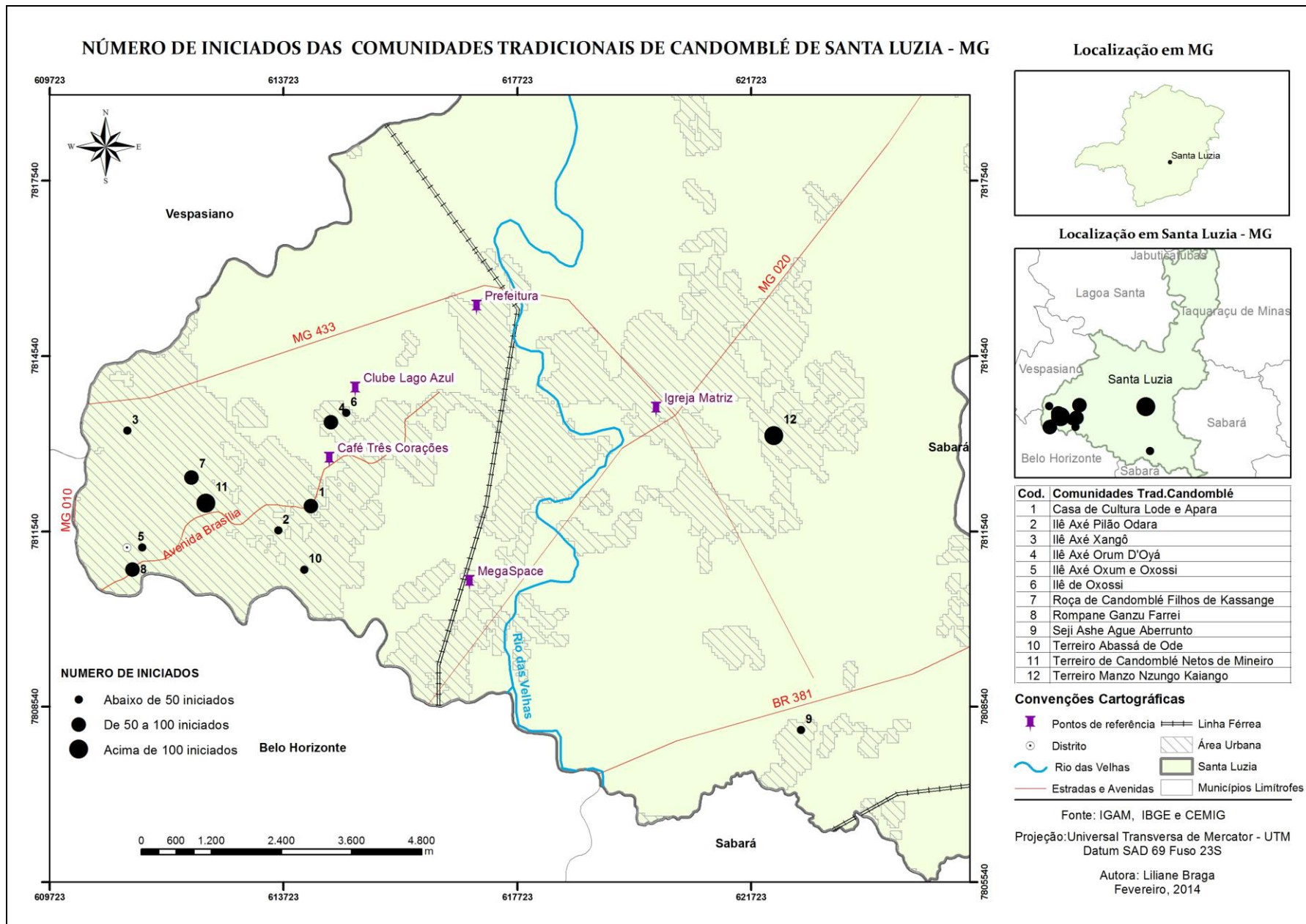


Figura 26: Número de iniciados das comunidades tradicionais de candomblé de Santa Luzia.

### 6.1.8 Relação dos terreiros com os recursos naturais

#### a) Divindades e elementos naturais

De acordo com os entrevistados os recursos naturais são de extrema importância para o culto da religião, representa a força, a energia, o axé. O Quadro 3, traz as divindades apontadas pelos líderes e sua forma de domínio na natureza.

**Quadro 3: Divindades do candomblé e seu domínio na natureza, segundo as comunidades de candomblé de Santa Luzia- MG.**

Orixá (ketu)	Vodun (jeje)	Inquice (angola)	Domínio
Exu	Legbá	Aluwaia	Guardião dos caminhos e encruzilhadas. Deus dos prazeres, o que se aproxima da natureza humana. Senhor da comunicação.
Ogum	Gun	Nkosi	Deus do ferro e do aço, forjador de ferramentas necessárias aos seres humanos. Pai dos caminhos.
Ossain	Agué	Katende	Deus das sementes, das árvores, das folhas.
Oxóssi	Odé	Mutakalambo	Deus da fauna, caçador, protetor da agricultura, representa fartura.
Omolu, Obaluaê	Azansu, Sapatá, Xapanã	Nssumbu, Kavungo	Deus da terra (solo), da saúde e da doença.
Iroco	Loco	Kitembo	Deus do tempo, das horas. Controlador da atmosfera. Deus da nação Angola. Ligação entre o céu e a terra. Representa a árvore "Gameleira". Pai dos loucos.
Xangô	Sobô	Zaze	Deus do trovão, raios, pedreiras, afloramentos rochosos e cavernas. É o juiz do candomblé.
Oxumarê	Bessen	Angoro	Deus da evaporação da água, do ar, da transformação, do equilíbrio e das cores. Representado pelo arco-íris e pela serpente. É uma divindade dúbia (macho e fêmea).
Ibeji	Ere	Wunge	São gêmeos. Deus da inocência, protetor das crianças. Representa a alegria e a sabedoria.
Logun Edé	Apojuncila	Telecompenso	Deus da arte, da inspiração, criatividade. Deus da pesca. Está ligado a matas e águas doces. Conhecido como o encantado. Divindade dúbia.
Iansã	Oyá	Matamba	Deusa dos ventos e das tempestades. Mãe dos desencarnados.
Oxum	Aziri	Dandalunda	Deusa das águas doces, cachoeiras. Senhora do

			ouro. Mãe da fertilidade.
Obá	Oba	Caramose	Guerreira amazona. Mãe dos aflitos das dores de amor. Ligação com água doce e tempestades e porroca.
Ewá	Ewa	Angoromeia	Ligação com os astros.
Iemanjá	Aziri Toboci	Kayaya	Deusa dos mares, oceanos. Mãe das cabeças.
Nanã	Nanã	Zumba	Deusa do barro, da lama, dos pântanos, de lagoas, mangues, água parada em geral. cavernas com água. Princípio da vida. Mãe da inteligência.
Oxalá, Oxaguian	Olissa/ Ajaguna	Lembafurumã Kassutelemba	Deus da paz representa o céu, o sol, o ar, a inteligência. É o guerreiro de branco.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

De maneira geral, os apontamentos feitos pelas comunidades entrevistadas sobre as divindades e seu domínio na natureza se mostraram semelhantes aos da literatura consultada, conforme apresentado no Capítulo 2 (Quadro 1). Entretanto, a pesquisa mostrou uma riqueza de detalhes sobre o domínio de algumas divindades, como Exu/ Legbá/ Aluwaia; Oxossi/ Ode/ Mutakalambo; Iroco/ Loco/ Kitembo; Xangô/ Sobô/ Zaze; Logun Edé/ Telecompens; Oxumarê/ Bessen/ Angorô; Oba/ Caramosse e Nanã/ Zumba. A Figura 27 ilustra a representação das divindades segundo as comunidades pesquisadas.

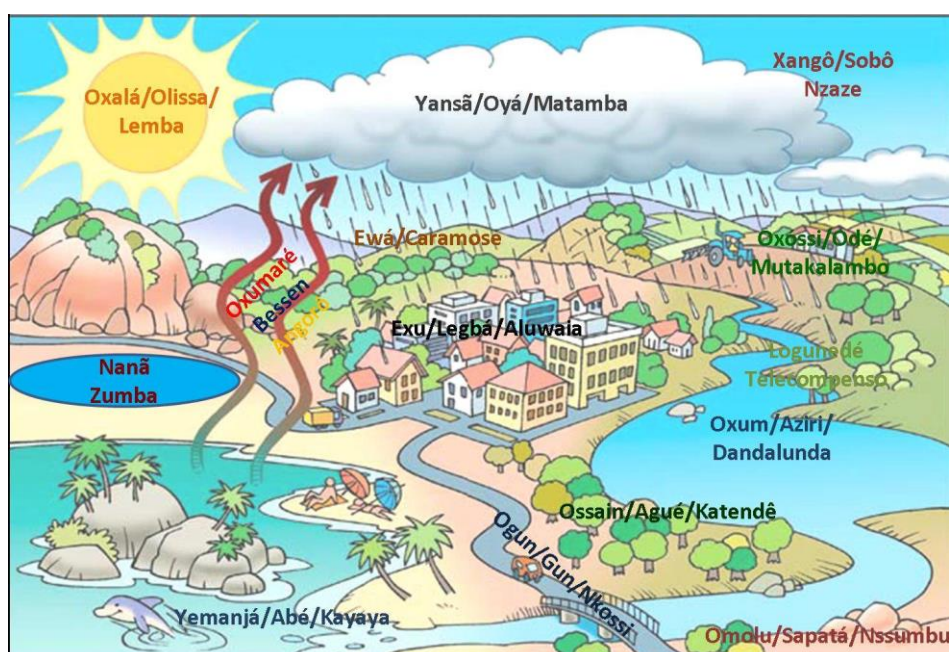


Figura 27: Relação das divindades do candomblé com os elementos naturais. Adaptado do Ciclo da Água. Fonte: Disponível em: <http://www.ciclodagua.com.br/>

## **b) As comunidades de Candomblé de Santa Luzia e sua relação com a biodiversidade e a geodiversidade**

A priori, constatou-se que os mitos e ritos acompanham a dinâmica ambiental, os entrevistados chamaram a atenção para a importância das divindades de forma conjunta. Para os entrevistados as divindades estão constantemente vinculadas aos elementos da biodiversidade e da geodiversidade. As folhas, além de representarem uma divindade (Ossain/Ágüe/ Katende), são fundamentais nos rituais de iniciação e de recolhimento, na preparação de oferendas, dos banhos de purificação, bem como na decoração do terreiro. Cada divindade possui um conjunto de plantas, frutos e animais específicos. As áreas de matas são utilizadas para a coleta de plantas e entrega de oferendas.

No caso da geodiversidade, a água é o elemento mais importante para as comunidades, estando vinculada a um conjunto de divindades, sendo imprescindível em vários rituais da religião. Os rios, cachoeiras, lagoas, áreas brejosas, nascentes, são locais utilizados pelas comunidades entrevistadas para entrega de oferendas e coleta de água. Uma das comunidades entrevistadas salientou a importância do uso da água na cerimônia conhecida como “*Águas de Oxalá*”, em que uma virgem deve coletar água purificada, preferencialmente em uma nascente para lavar a cabeça dos filhos da casa e adeptos da religião.

Segundo os entrevistados, as rochas também exprimem um significado especial, pois amostras são utilizadas nos assentamentos, representando o coração da divindade (Figuras 28 e 29). As amostras de rochas e minerais podem estar associadas a uma divindade em específico, ou a um conjunto de divindades, como os quartzos que são empregados para várias divindades. Assim a litologia e o formato da amostra estão vinculadas as divindades. Alguns entrevistados salientaram que muitas vezes são obrigados a substituírem uma determinada amostra de rocha ou mineral pela dificuldade em encontra-la na natureza.



**Figuras 28 e 29: Uso de amostra de rocha, conhecido como *ota*, nos assentamentos das divindades *Kitembo* e *Nkosi*.**

O solo tem uma ligação com a divindade *Obaluaê/Azansu/Nsumbu*, e *Nanã/Zumba*, mas outras divindades indiretamente também mantem uma conectividade com este elemento.

As cavidades naturais subterrâneas e os afloramentos rochosos foram sinalizados como locais de devoção e utilizados para a entrega de oferendas para as divindades *Xangô/ Sobô/ Zaze*; *Nanã/ Zumba* e *Oxumarê/ Bessen/ Angoro*, além de caboclos boiadeiros e exus. É unânime o desconhecimento da presença de cavidades naturais subterrâneas em Santa Luzia pelos entrevistados. A maioria (67%) revelou que não utiliza cavidades naturais subterrâneas para prática de rituais, substituindo estes espaços por “pedreiras ou matas”. Os 33% restantes, já realizaram rituais nas imediações das grutas da Lapinha, em Lagoa Santa, do Centenário, em Barão de Cocais, na Serra da Piedade, em Caeté, MG.

As vias não pavimentadas e a linha férrea são locais utilizados para a entrega de oferendas para as divindades *Exu/ Legbá/ Aluwaia* e *Ogum/Gun/Nkosi*, que simboliza o ferro.

### **c) Os espaços naturais sagrados em Santa Luzia**

Seis áreas foram apontadas em Santa Luzia como espaços naturais sagrados: as matas do Raul, Baronesa, Duquesa II, Pinhões, Bom Destino e Bonanza.

A mata do Raul está localizada no bairro Cristina, em área pública e recebeu este nome por estar situada em área limítrofe a Escola Estadual Raul Teixeira (Figuras 30 e 31). Esta área é utilizada para a coleta de plantas e de água, visto que no interior da

mata existem cinco nascentes. Entretanto, esta área sofre inúmeras pressões antrópicas, como depósito de lixo, invasão e desmatamento.



**Figuras 30 e 31: Vista da mata do Raul, localizada no bairro Cristina. Fonte: Autora (2014).**

A mata Baronesa está situada entre os bairros Luxemburgo e Pousada Del Rei, com fácil acesso (Figuras 32, 33 e 34). Não foi possível identificar durante a pesquisa se o terreno é público ou privado. Esta área é utilizada para a coleta de plantas e entrega de oferendas.

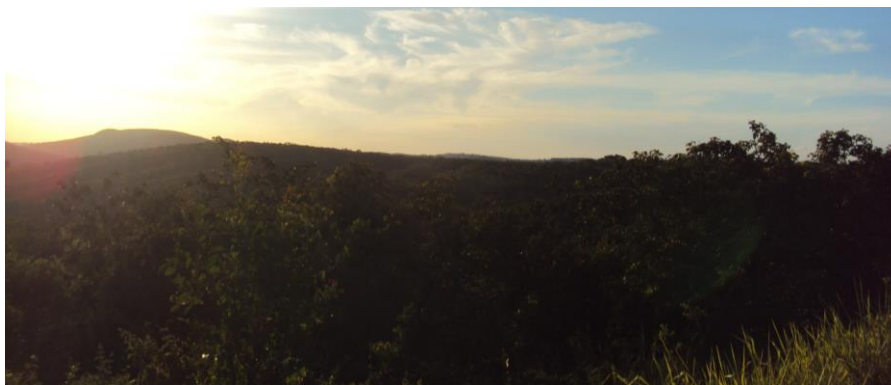


**Figura 32: Vista da mata Baronesa, em área limítrofe com o bairro Luxemburgo. Fonte: Autora (2014).**



**Figuras 33 e 34: Aspecto do interior da mata Baronesa. Fonte: Autora (2014).**

A mata de Pinhões está inserida na porção no norte do município no povoado de Pinhões, em uma área conhecida como Andrequicé (Figura 35). Apresenta uma extensa área com vegetação exuberante, limítrofe a uma fazenda. É utilizada para a entrega de oferendas.



**Figura 35: Aspecto da mata de Pinhões. Fonte: Autora (2014).**

A mata do Duquesa, está localizada nos bairros Duquesa II e Frimisa. É contemplada por uma lagoa e utilizada por várias comunidades por ser de fácil acesso (Figuras 36 e 37). De acordo com os entrevistados uma porção da área é pública e outra pertence ao clube Recanto Lagoa Azul situado nesta área.



**Figuras 36 e 37: Prática ritualística realizada na mata do Duquesa II. Fonte: Autora (2014).**

No bairro Bom Destino, uma fazenda de propriedade particular é utilizada para a coleta de plantas e entrega de oferendas com a autorização do proprietário. A mata do Bonanza é utilizada pela comunidade do bairro homônimo para a entrega de oferendas, coleta de plantas e de água.

Os entrevistados chamaram atenção para o uso adequado dos espaços naturais durante a realização das práticas externas, ressaltando o uso de materiais biodegradáveis, a não utilização de velas, para não provocarem incêndios, além da retirada de resíduos do local.

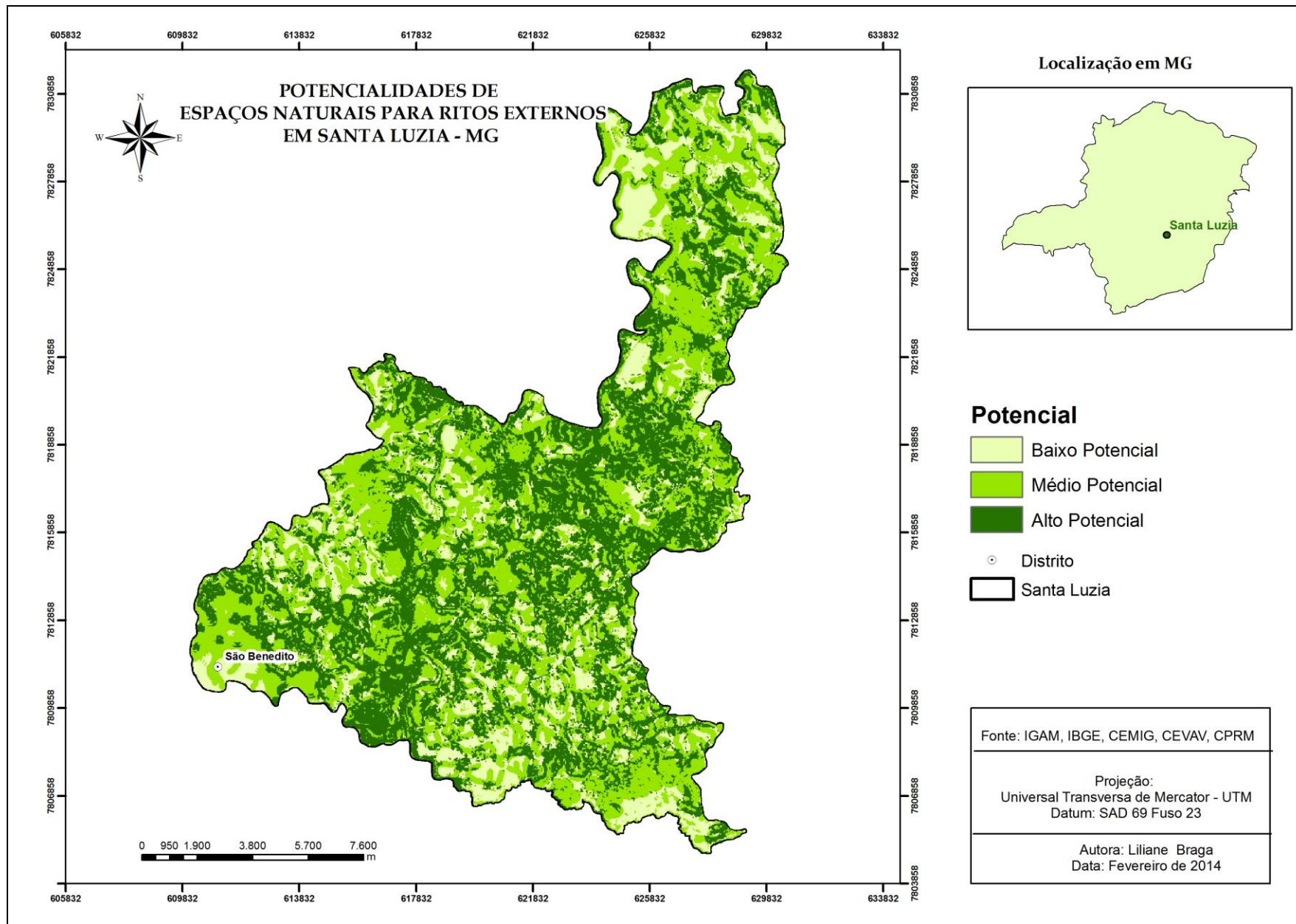
## **6.2 Potenciais espaços naturais sagrados em Santa Luzia**

Segundo a percepção das lideranças das comunidades pesquisadas, espaços propícios para a prática de ritos externos estão cada vez mais escassos e de difícil acesso. Dentre os entrevistados, 34% se deslocam para outros municípios para

realizarem suas atividades externas. A maioria das comunidades está instalada no distrito de São Benedito, com córregos contaminados e poucas áreas verdes. Apesar do município de Santa Luzia ainda oferecer um contingente significativo de áreas verdes, o município está inserido no vetor norte da RMBH, sendo alvo de vários projetos que visam modificações no seu uso do solo, principalmente no que corresponde a implantação de condomínios residenciais, o que demanda a supressão de áreas verdes.

As lideranças entrevistadas destacaram a importância da conservação de áreas naturais no município para a manutenção da religião. A maioria dos entrevistados (75%) almeja a instituição de uma área ou de um espaço sagrado para uso das comunidades em Santa Luzia.

Apresenta-se a seguir a Figura 38, espacializando os resultados obtidos na análise de multicritérios que privilegiou a investigação de potenciais espaços naturais sagrados em Santa Luzia.



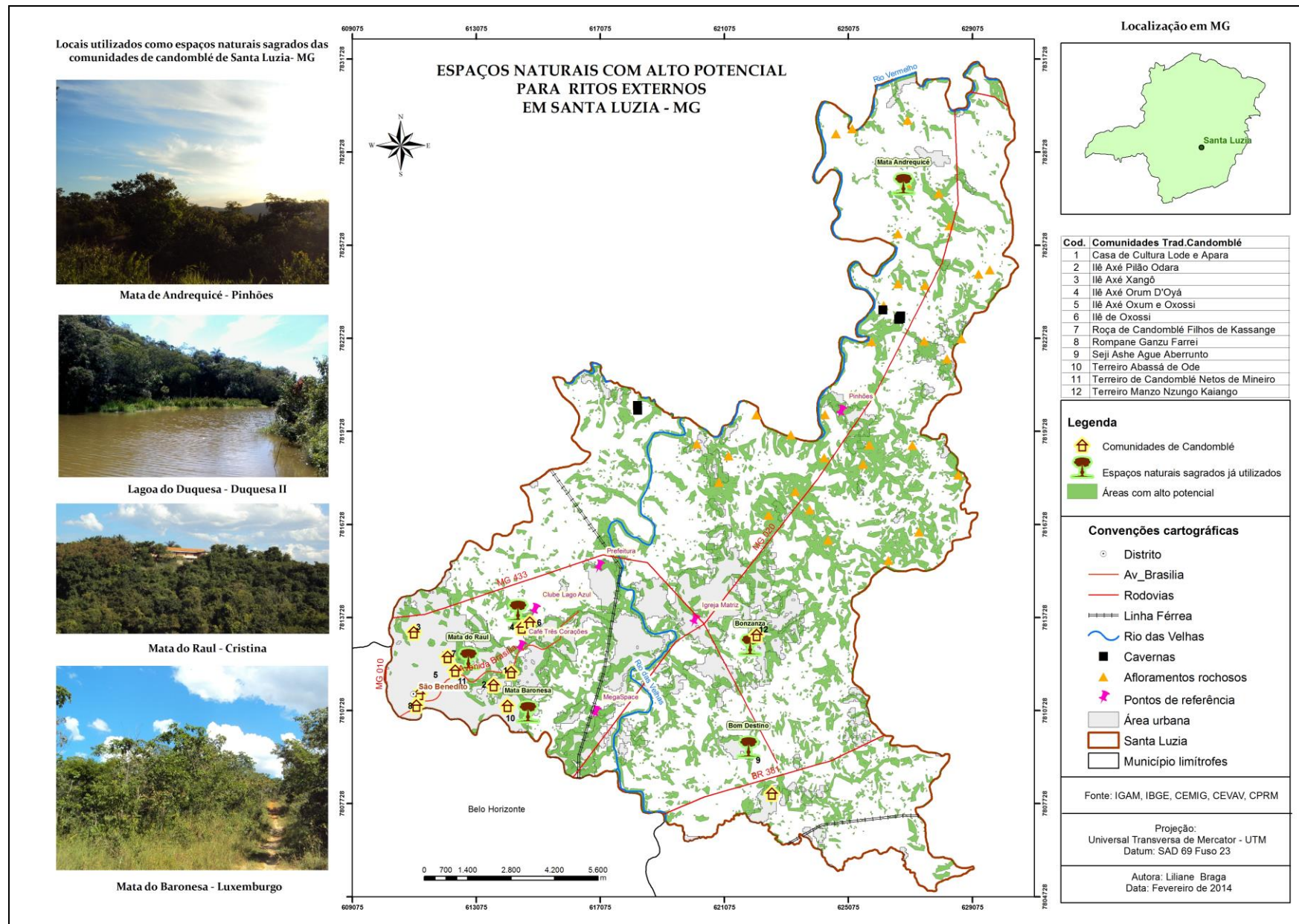
**Figura 38: Potencialidades de espaços naturais para ritos externos em Santa Luzia.**

De acordo com o mapa apresentado acima é possível observar que o município de Santa Luzia, apresenta uma quantidade significativa de áreas com médio e alto potencial de forma fragmentada para a realização de ritos externos do candomblé, conforme os critérios analisados.

A partir da análise do mapa de potencialidades foi elaborado um mapa com as áreas com alto potencial para sediar espaços naturais sagrados, apresentado na Figura 39. A maior concentração de áreas com alto potencial está situada na porção centro-leste do município, no sentido Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas, correspondendo a área de expansão urbana do município, segundo o zoneamento municipal.

As áreas que já são utilizadas pelas comunidades para as práticas ritualísticas externas coincidem com as áreas com alto potencial. A análise mostrou novas áreas próximas às comunidades que contem os recursos ambientais necessários para a prática de ritos externos. Entretanto, vale destacar que posteriormente deve-se investigar a propriedade dessas áreas, ou seja, se são particular ou pública.

De acordo com a análise, o município de Santa Luzia não oferece nenhuma área que reúne todos os elementos analisados. Todavia, foi possível identificar áreas que abrangem água e mata que estão próximas a afloramentos rochosos, linha férrea e cavidades, ampliando as opções para realização de práticas externas.



**Figura 39: Espaços naturais com alto potencial para ritos externos.**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discorrer sobre comunidades tradicionais de matriz africana implica em um resgate histórico, ancestral, cultural, místico e político, que nos conduz a um universo repleto de representações e significados. Os terreiros de candomblés são concebidos como locais de cura, de renascimento, de aprendizado cultural e, sobretudo, de conservação ambiental.

As comunidades de matriz africana estão vivendo um tempo de ascensão no campo acadêmico e político, com conquistas desde o final da década de 1980. Nas duas últimas décadas, as iniciativas e pesquisas acadêmicas têm priorizado o desenvolvimento sustentável e a afirmação territorial destes povos, contribuindo substancialmente para o estabelecimento de políticas governamentais.

Os discursos sobre a espacialidade do sagrado de religiões afro-brasileiras são recentes, mas têm sido constantes no âmbito da Geografia Cultural, configurando um processo de consolidação como uma nova vertente de investigação para os geógrafos. A análise do território terreiro nos permite compreender como surgem novas territorialidades, a partir de uma multiplicidade de visões de mundo, que evidenciam a dinâmica cultural do espaço como um processo socioespacial.

Diante desse contexto, o trabalho desenvolvido com as comunidades tradicionais de candomblé no município de Santa Luzia e sua relação com os recursos naturais, sobretudo, sua análise espacial é pertinente à conjuntura atual dessas comunidades e representa mais uma contribuição e avanço.

No que concerne à relação das comunidades de candomblé com os elementos da biodiversidade e geodiversidade este estudo ratifica a importância dos elementos bióticos, e introduz outros elementos da geodiversidade, além da água, como essenciais às suas práticas, especificamente os afloramentos rochosos, cavernas e amostras de rochas e minerais. Inclusive, estes dois últimos tem significado especial por simbolizarem, de acordo com a litologia e o formato, o coração das divindades. Apostando na valorização da geodiversidade cultural e do saber tradicional sugere-se o desenvolvimento de estudos que priorizem estes elementos. Assim, seria interessante investigar, de acordo com a tradição de cada nação, a relação da litologia com as divindades, a acessibilidade a cada tipo de amostra de rocha ou mineral, quais implicações na ausência do elemento ou como o saber científico pode ser útil para essas comunidades.

Estudos enfatizando a análise da relação das cavidades naturais com os mitos e ritos do candomblé podem dar sequência ao trabalho de Travassos *et. al.* (2009) que discorrem sobre práticas religiosas afro-brasileiras em cavernas. Um aspecto passível de investigação para ampliação das pesquisas já realizadas consiste na investigação da influência das características ambientais das cavernas na ocasião da escolha deste ambiente para realização dos ritos. Investigar se a litologia, a presença ou ausência de água, a morfologia da caverna são aspectos importantes para as comunidades. E ainda, se outras formações cársticas como dolinas, sumidouros, cânions possuem alguma representatividade para essas comunidades.

A cartografia social e as geotecnologias se mostraram eficientes no alcance dos objetivos propostos e poderão ser aplicados em outros estudos deste cunho com sucesso. A participação das lideranças na construção do processo de tomada de decisão para identificação dos potenciais espaços naturais sagrados foi fundamental, representando uma atuação coletiva e democrática.

No que tange a realização de mapeamentos com comunidades de terreiros, destacamos a opção por espacializar as comunidades e seu território, segundo a concepção de espaço sagrado constituído pelo templo e as áreas naturais utilizadas. A apresentação em mapas temáticos dos resultados advindos do levantamento das variáveis de classificação permitiu a caracterização das comunidades sob uma perspectiva geográfica, podendo constituir um instrumento de visibilidade e valorização das mesmas.

A espacialização de potenciais espaços naturais sagrados contribui para que as comunidades ampliem suas opções de território na medida em que identifica novas áreas, se configurando numa estratégia de sobrevivência dos mitos e ritos.

A pesquisa mostrou que, em Santa Luzia, a maior concentração áreas potenciais para espaços sagrados coincide com o vetor de expansão urbana do município. Neste sentido, o resultado da análise pode subsidiar o ordenamento territorial e o planejamento municipal, favorecendo não só as comunidades de candomblé, mas a sociedade em geral. Espera-se que este estudo seja norteador para a criação de políticas públicas e para novas pesquisas enfatizando esta temática.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: *Cartografias Sociais e Território*. ACSELRAD, H. (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.
- ALMEIDA, E. L. de. A inserção de políticas públicas étnicas para terreiros de candomblé na Agenda Brasileira: os entrecruzamentos entre o global e o local. *Dissertação*. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2011.
- ANJOS, R. S. A. dos. Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial. Brasília. 1999.
- ANTÔNIO, L. Z. Geograficidade Quilombola: Paisagens e Geossímbolos de Ouro Verde de Minas Gerais. *Dissertação*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.
- ATAÍDE, M. S.; MARTINS, A. L. U. A Etnocartografia como ferramenta de gestão. In: *ANAIS DO XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA E SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS PARA PETRÓLEO*. Macaé-RJ, 2005.
- BAILLY, A. & DEBARBIEUX, B. Géographie et representations spatiales. In: BAILLY et alli (orgs.). *Les concepts de la Géographie Humaine*. Paris: Masson, 1994: 153-60.
- BARROS, E. U. Línguas e linguagens nos candomblés de nação Angola. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-27112009-102203/en.php> Acesso em 15 de dezembro de 2012.
- BENISTE, J. *As Águas de Oxalá: (àwon omi Ósàlá)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOAS, V. L. C. Modelo multicritérios de apoio à decisão aplicado ao uso múltiplo de reservatórios: estudo da barragem do ribeirão João Leite. *Dissertação* (Mestrado em Economia - Gestão Econômica do Meio Ambiente), Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2006. 158p.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs.). *Geografia Cultural: um século*. Rio de Janeiro, Eduerj, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. 2007. *Decreto Nº 6.040 de fevereiro de 2007*. Brasília. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007.../2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007.../2007/decreto/d6040.htm) Acesso: novembro de 2012.
- CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M. V. (Ed.). *Introdução à ciência da geoinformação*. São José dos Campos: INPE, 2001. 344p.
- CAMPIONE, F. P. *Etnia Ed Etnicismi*. Como, Itália: Università degli Studi dell'Insubria, 2003.

- CAPELLARI, M. A. Sob o olhar da razão: as religiões não católicas e as ciências humanas no Brasil (1900 – 2000). *Dissertação*. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.
- CARNEIRO, E. *Candomblés na Bahia*. Rio de Janeiro. Andes. 1961.
- CARVALHO, A.L.A. O geoprocessamento na gestão ambiental em Terras Indígenas: uma experiência com etnomapeamento junto à comissão Pró-Índio do Acre. *Dissertação*. Universidade de São Paulo - USP. São Paulo. 2006.
- CARVER, S.J. (1991). Integrating multi-criteria evaluation with geographical information systems. *International Journal of Geographical Information System*, 5(3), 321-339. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02693799108927858> Acesso: 08 de julho de 2013.
- CORRÊA, A. M. Irmandade da Boa Morte como manifestação cultural afrobrasileira: de cultura alternativa à inserção global. 2004. *Tese de Doutorado*, Rio de Janeiro. Universidade Federal Rio de Janeiro.
- CORRÊA, A. M. O terreiro de candomblé: uma análise sob a perspectiva da geografia cultural. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 51-62, 2006.
- CÔRREA, A. M.; MOUTINHO DA COSTA, L.; LOUREIRO, C. F. O Processo de Implantação do Espaço Sagrado em Unidade de Conservação: o Caso da Curva do S no Parque Nacional da Tijuca na Cidade do Rio de Janeiro. *ANAIS DO ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA*. 14o EGAL. 2013, Lima. Peru.
- CHAPIN, M; LAMB, Z.; THRELKELD, B. Mapping Indigenous Lands. *The Annual Review Of Anthropology*, Stanford, p.619-638, 2005. Anual.
- COLI, L.R. Sistemas de Informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambiguidades e assimetrias. In: ACSELRAD, H. (org.) 2010. *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. IPPUR. UFRJ. Rio de Janeiro.
- EASTMAN, J.R. *IDRISI for Windows: User's Guide*. Version 2.0. Clark University – Graduate School of Geography, Worcester, MA, USA. 1997.
- GÓIS, A. O candomblé e a umbanda na cidade de Contagem, Minas Gerais – espaço e território. *Tese de Doutorado*. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.
- GUIMARÃES, R. L.; TRAVASSOS, L. E. P.; GOIS, A. J.; VARELA, I. D. Cavernas e religião: os rituais afro-brasileiros na Gruta da Macumba e na Gruta do Feitiço, Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. *Ra'Ega, o Espaço Geográfico em Análise*. V. 23, 2011. P. 263-288.
- LODY, R. *Candomblé – religião e resistência cultural*. São Paulo: Ática, 1987.
- MARQUES, J. G. 2001. *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. 2. ed. NUPAUB, USP, São Paulo, Brasil, 258pp.

MORAIS, M.A. Umbanda, Territorialidade e Meio Ambiente: representações socioespaciais e sustentabilidade. *Dissertação*. Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

MOURA, A. C. M. Reflexões metodológicas como subsídio para estudos ambientais baseado em análise de multicritérios. In: *ANAIS DO XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*. Florianópolis – SC, Brasil, 2007. v.1, p. 2899-2906.

Disponível em:

<http://mar.te.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/sbsr@80/2006/11.13.14.41/doc/2899-2906.pdf>

Acesso em 05 de julho de 2013.

MOUTINHO DA COSTA, L. A FLORESTA SAGRADA DA TIJUCA: Estudo de Caso de conflito envolvendo uso público religioso de Parque Nacional / *Dissertação*.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

NOCE, C., TEIXEIRA, W., MACHADO, NUNO. Geoquímica dos Gnaisses TTGs e Granitóides Neoarqueanos do Complexo Belo Horizonte, Quadrilátero Ferriífero, MG. *Revista Brasileira de Geociências*, vol. 27 (1), 1997. Disponível em:

[www.rbq.sbgeo.org.br/index.php/rbg/article/download/571/26](http://www.rbq.sbgeo.org.br/index.php/rbg/article/download/571/26) Acesso em 15 de julho

de 2013.

PERAZZO, A.R.F. Etnogeodiversidade na comunidade da Barra do Rio Mamanguape, Rio Tinto, PB. *Monografia*. UFPB. 2013.

PEREIRA, H.G. Tratamento informático de questionários: o ponto de vista da análise factorial das correspondências. *Análise Social*. V. XXIII. (98). 1987

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. Plano Municipal de Cultura de Santa Luzia. *Relatório Técnico*. Santa Luzia, 2013.

RAMOS, R. A. R. (2000), Localização Industrial: Um Modelo para o Noroeste de Portugal. *Tese de Doutorado*. Braga: Universidade do Minho.

REIS, J. J. *apud* REGO, J. Territórios de candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. Salvador. *Geotextos*. Vol.2, n.2 2006. p. 31-85

RODRIGUES, A. S. A. 2011. Comunidades de Terreiro e Movimentos Sociopolíticos no Brasil. *ANAIS. XI CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*. Salvador. BA. Disponível em:

[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307024711\\_ARQUIVO\\_COMUNIDADESDETERREIRO-FinalConlab.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307024711_ARQUIVO_COMUNIDADESDETERREIRO-FinalConlab.pdf) Acesso em: 17 de outubro de 2012.

ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R.L. (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, C. O dos. Kosi omi, kosi orixá. Sem água, sem orixá: Modelagem etnoecológica sobre uso da água no Ilê Axé Iyá Nassô Oká/Terreiro da Casa Branca. *Dissertação*. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, 2009.

SANTOS, T. A. dos. Consequências socioespaciais da excludente formação do espaço metropolitano de belo horizonte para o território de Santa Luzia/MG: Estudo de caso dos conjuntos habitacionais Cristina e Palmital. *Monografia*. Instituto de Geociências. UFMG, Belo Horizonte. 2010.

SCHAAF, T. *Sítios Sagrados – Integridad Cultural y Diversidad Biológica: Um Nuevo Proyecto de la UNESCO*. Anexo 3. Paris, UNESCO, 2002.

SILVEIRA, R. Pragmatismo e milagres de fé no extremo ocidente. In.: REIS, J.J.(org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade: Estudos sobre o Negro no Brasil*. São Paulo. Brasiliense. 1988.

SOARES, F. S. Mapeamento Cultural: uma proposta de leitura do espaço. *Dissertação*. Universidade de Brasília. Brasília. 2010.

SOARES, S. R. Análise multicritério como instrumento de gestão ambiental. *Dissertação* (Mestrado em Engenharia de Produção). Florianópolis: UFSC, 2003.

TEIXEIRA, J.P. 2009. Paisagens e territórios afro-brasileiros no espaço urbano: terreiros de candomblé em Goiânia. *Dissertação*. Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Goiânia. Disponível em: <http://projetos.extras.ufg.br/posgeo/index.php/trabalho/paisagens-e-territorios-religiosos-afro-brasileiros-no-espaco-urbano-terreiros-de-candomble-em-goiania/> Acesso em: 17 de setembro de 2012.

TOLEDO, V. M. What is Ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline. In: *Ethnoecológica*, Vol. 1, N?. 1, 1992: 5-21.

TRAVASSOS, L.E.P.; GÓIS, A.J.; GUIMARÃES, R.L.; VARELA, I.D.. A Gruta de São Cosme e Damião e a Umbanda, Cordisburgo, Minas Gerais. *Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas*, v. 1, n.2, p. 165-172, 2008.

VERGER, P.; NOBREGA, M. A. da. *Orixás, deuses iorubas na África e no Novo Mundo*. Salvador: Corrupio, 1981. 295 p.

WEBER, E. J.; HASENACK, H; NODARI, F. A.; REICHMAN, C. Análise de alternativas do traçado de uma estrada utilizando rotinas de apoio à decisão em SIG. In: *GIS Brasil 98 IV Congresso e Feira para usuários de geoprocessamento da América Latina*, 1998, Curitiba. *Anais do IV Congresso e Feira para Usuários de Geoprocessamento*, Curitiba, Paraná.

WRIGHT, J. T. C.; GIOVINAZZO, R. A. Delphi: uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. *Caderno de pesquisas em Administração*, São Paulo. V.01, nº12, 2º trim/2000. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C12-art05.pdf> Acesso em 07 de julho de 2013.

ZAMBON, K.L.; CARNEIRO, A.F.M.; SILVA, A.N.R. & NEGRI, J.C. Análise de decisão multicritério na localização de usinas termelétricas utilizando SIG. *Pesquisa Operacional*, v.25, n.2, p.183-199, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pope/v25n2/25705.pdf> Acesso em 09 de julho de 2013.

Sítios consultados

<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/> Acesso em 03 de novembro de 2012.

<http://www.ibge.gov.br/> Acesso em 15 de abril de 2014.

## APÊNDICE

### Identificação das comunidades de candomblé de Santa Luzia- MG

**COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG**

**Nome do Terreiro: Casa de Cultura Lode e Apará**  
**Zeladores: Gloria Suzete e Geraldo**  
**Nação: Angola**  
**Regente: Dandalunda e Nkosi**  
**Ano de Fundação: 1980**  
**Endereço: Rua H, 35, bairro Duquesa I**



Fonte: Autora, 2013

“O candomblé representa a vida eterna da natureza” (Tateto Jalabô)

**COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG**

**Nome do Terreiro: Ilê Axé Pilão Odara**  
**Zelador: Willer de Xangô**  
**Nação: Ketu**  
**Regente: Xangô**  
**Ano de Fundação: 1993**  
**Endereço: Av. Gov. Isr. Pinheiro, 237, bairro Chácaras Santa Inês**



Fonte: Autora, 2013

“O candomblé é minha vida e minha história” (Babalorixá Willer de Xangô)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Associação Afrobrasileira Assaô

Zelador: Washignton Rodrigo

Nação: Ketu

Regente: Ossain

Ano de Fundação: 2006

Endereço: Rua 13 de maio, 65, bairro Palmital



Fonte: Autora, 2013

*“O candomblé representa tudo: minha vida, minha saúde. Fui curado nessa religião”*  
(Babalorixá Aguelekue)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Ilê Axé Orum D'Oyá

Zeladora: Xana

Nação: Ketu

Regente: Iansa

Ano de Fundação: 1999

Endereço: Rua 40, 308, bairro Duquesa II



Fonte: Autora, 2013

*“O candomblé representa a minha fé”* (Yalorixá Xana de Iansa)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Ilê Axé Oxum e Oxossi



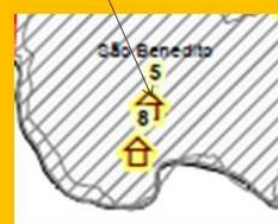
Zeladora: Yamilandê

Nação: Angola

Regente: Dandalunda

Ano de Fundação: 1990

Endereço: Rua Ubirajara, 645, bairro São Benedito



Fonte: Autora, 2013

*“O candomblé representa tudo na minha vida, razão do meu viver”.* (Mameto Yamilande)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Ilê de Oxóssi

Zelador: Antônio

Nação: Jeje

Regente: Ode

Ano de Fundação: 1990

Endereço: Rua 35, 164, bairro Duquesa II





Fonte: Autora, 2013


*“ O candomblé representa tudo: minha vida”* (Babalorixá Antônio de Oxossi)

**COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG**

**Nome do Terreiro: Roça de Candomblé Filhos de Kassange**  
**Sacerdote: Alexandre (Kembalesembi)**  
**Nação: Angola**  
**Regente: Kassute**  
**Ano de Fundação: 1992**  
**Endereço: Rua José Pimentel, 284, bairro Cristina**







Fonte: Autora, 2013

*“ O candomblé representa uma força bioenergética, uma cultura, um aprendizado de vida”. (Tateto Kembalesembi)*

**COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG**

**Nome do Terreiro: Ronpane Ganzu Farrei**  
**Zelador: Nilson**  
**Nação: Jeje**  
**Regente: Bessen**  
**Ano de Fundação: 2000**  
**Endereço: Rua Geraldo Teixeira da Costa, São Benedito**







Fonte: Autora, 2013

*“O candomblé representa tudo na minha vida”. (Pai Nilson)*

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Seji Ashe Ague Aberrunto

Zelador: Jorge

Nação: Jeje

Regente: Ague

Ano de Fundação: 1991

Endereço: Rua das Gameleiras, 26, bairro Bom Destino



Fonte: Autora, 2013

“O candomblé representa tudo, as forças, a natureza e a minha fé. Tudo que tenho devo às divindades” (Babalorixá Jorge de Ague)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Terreiro Abassa de Ode

Zelador: Luiz

Nação: Angola

Regente: Mutakalambo

Ano de Fundação: 2000

Endereço: Rua India, 51, bairro Baronesa



Fonte: Autora, 2013

“O candomblé representa minha vida, meu ar, minha essência” (Tateto Luiz de Oxóssi)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Terreiro de Candomblé Netos de Mineiro



Zelador: Simão (Kissimbi)

Nação: Angola

Regente: Dandalunda

Ano de Fundação: 1971

Endereço: Rua Itamarati, 860, bairro São Benedito



Fonte: Autora, 2013

“O candomblé representa religião, fé, crença, energia para seguir bem em tudo”  
(Tateto Kissimbi)

COMUNIDADES TRADICIONAIS DE CANDOMBLÉ DE SANTA LUZIA - MG

Nome do Terreiro: Ngunzo Kaiango



Zeladora: Munhandê

Nação: Angola

Regente: Matamba

Ano de Fundação: 1973

Endereço: Rua Rio Grande do Sul, 330, bairro Bonanza



Fonte: Autora, 2013

“O candomblé representa tudo na minha vida, educação e disciplina. Foi a minha  
faculdade e da minha família”. (Mameto Muiandê)

PESQUISA SOCIOECONÔMICA DAS COMUNIDADES DE TERREIRO DE CANDOMBLÉ DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA- MG

1 IDENTIFICAÇÃO DA LIDERANÇA DO TERREIRO

Nome: \_\_\_\_\_ Nome mais conhecido: \_\_\_\_\_

Ano de iniciação na religião: \_\_\_\_\_ Nação de origem: \_\_\_\_\_

Existe algum documento/ registro que comprove sua iniciação? ( ) não ( ) sim Qual? \_\_\_\_\_

Raiz: \_\_\_\_\_

2 IDENTIFICAÇÃO DO TERREIRO

Coordenadas geográficas x: \_\_\_\_\_ Y: \_\_\_\_\_

Nome do Terreiro: \_\_\_\_\_

Ano de Fundação: \_\_\_\_\_ Nação: \_\_\_\_\_ Regentes: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

O terreiro possui algum de documentação legal?

( ) CNPJ ( ) registro ( ) estatuto ( ) outro \_\_\_\_\_

Qual a situação do imóvel onde está situado o Terreiro?

( ) quitado ( ) alugado ( ) penhorado ( ) outros \_\_\_\_\_

Como o Terreiro se mantém financeiramente?

( ) mensalidade ( ) liderança ( ) doação ( ) outros \_\_\_\_\_

O Terreiro tem isenção de impostos/ contas?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

O Terreiro é filiado a alguma instituição representativa?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

O Terreiro participa de algum programa social do governo?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

O Terreiro recebe doações de alimentos?

( ) não ( ) sim Origem: \_\_\_\_\_ Destinação: \_\_\_\_\_

O Terreiro desenvolve algum tipo de atividade social?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

O Sr.(a) conhece as leis que amparam as Comunidades Tradicionais de Terreiro?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

Qual a periodicidade de funcionamento do Terreiro?

( ) semanalmente ( ) quinzenalmente ( ) mensalmente ( ) bimestralmente ( ) semestralmente

Quantos filhos foram iniciados neste Terreiro?

0 a 50  50 a 100  100 a 500  acima de 500

Quantos filhos migraram de outros Terreiros?

0 a 50  50 a 100  acima de 100

Atualmente quantos filhos integram o Terreiro?

0 a 50  50 a 100  acima de 100

Existe algum tipo de documento/registo que comprove a iniciação neste Terreiro?

livro de registo  fotos  ata  outros \_\_\_\_\_

Quais as principais festividades realizadas no seu terreiro?

---

---

---

Aproximadamente quantas pessoas visitam o Terreiro anualmente?

0 a 50  50 a 100  100 a 500  acima de 500

Quantas pessoas residem no Terreiro?

de 5 a 10  10 a 15  15 a 20  acima de 20

Quantos domicílios existem no Terreiro?

até cinco  acima de cinco

Como é o abastecimento de água no Terreiro?

COPASA  poço artesiano  nascente  outro \_\_\_\_\_

Qual a destinação do esgoto gerado no Terreiro?

rede de esgoto  fossa negra  fossa séptica  outro \_\_\_\_\_

O Terreiro possui os seguintes serviços:

rede elétrica  telefonia fixa  acesso a internet  coleta de lixo

Existe alguma sinalização do Terreiro?

não  sim \_\_\_\_\_

Existe algum trabalho de divulgação do Terreiro?

não  sim \_\_\_\_\_

Como é a acessibilidade ao Terreiro?

transporte público num raio de 2Km  via pavimentada  via não pavimentada

Existe espaço no Terreiro para:

criação de animais  cultivo de plantas

Como é a relação do Terreiro com a comunidade do entorno?

( ) boa ( ) ruim \_\_\_\_\_

Algum membro do Terreiro já foi vítima de intolerância/ preconceito religioso?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

### 3 RELAÇÃO DO TERREIRO COM OS RECURSOS NATURAIS

Qual a importância dos recursos naturais para seu Terreiro?

---

---

---

---

---

---

---

---

Como se dá a relação entre as divindades cultuadas no seu Terreiro com os elementos naturais?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Como seu terreiro pode contribuir para a conservação dos recursos naturais?

---

---

---

---

---

---

---

---

De que forma o desequilíbrio ambiental pode afetar as práticas ritualísticas e as divindades cultuadas no seu terreiro?

---

---

---

---

---

---

---

---

Como é a apropriação de espaços externos pelo seu Terreiro?

( ) entregas ( ) festas ( ) coleta de plantas e animais ( ) água ( ) outros \_\_\_\_\_

Quais são os locais externos utilizados para as práticas ritualísticas?

Tipo de prática	Município/ bairro	Acessibilidade	Distância aproximada (km)

O senhor ou algum membro do seu terreiro já sofreu algum tipo de intolerância religiosa durante a realização de práticas ritualísticas em áreas externas?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

Quais áreas seriam interessantes para a realização das práticas ritualísticas externas?

---

---

---

---

Enumere de 1 a 10 os aspectos mais relevantes para a realização das práticas ritualísticas em áreas externas?

( ) proximidade de curso d'água ( ) tipo de vegetação ( ) tipo de rocha ( ) presença de grutas ( ) acessibilidade

( ) distância ( ) segurança ( ) entorno ( ) fluxo de pessoas ( ) ausência de ruídos

Outros \_\_\_\_\_

Quais ações governamentais deveriam ser implementadas em prol das comunidades de Terreiro em Santa Luzia?

---

---

---

---

---

Seu Terreiro já participou de alguma pesquisa acadêmica ou governamental?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

O senhor é a favor sobre a realização de estudos acadêmicos com comunidades de Terreiro? Por quê?

( ) não ( ) sim \_\_\_\_\_

---

O que o candomblé representa para o senhor (a)?

---

---

---

---

---